ANGOLA

11 DE NOVEMBRO DE 1975

DOCUMENTOS DA INDEPENDÊNCIA
DOCUMENTS DE L'INDEPENDANCE
DOCUMENTS OF INDEPENDENCY



Edição do Ministério da Informação

DOCUMENTOS



PROCLAMAÇÃO DA INDEPENDÊNCIA
DA
REPÚBLICA POPULAR DE ANGOLA

11 DE NOVEMBRO DE 1975

EDIÇÃO DO MINISTÉRIO DA INFORMAÇÃO

IMPRENSA NACIONAL
DE ANGOLA
O. E. 2639 — 10 000 ex.
LUANDA — 1975



DOCUMENTOS DA INDEPENDÊNCIA
DOCUMENTS DE L'INDEPENDANCE
DOCUMENTS OF INDEPENDENCY

PROCLAMAÇÃO DA INDEPENDÊNCIA



TEXTO DA PROCLAMAÇÃO DA INDEPENDÊNCIA

ZERO HORAS DE 11 DE NOVEMBRO DE 1975

Em nome do Povo Angolano, o «Comité» Central do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), proclama solenemente perante a África e o Mundo a Independência de Angola.

Nesta hora o Povo Angolano e o «Comité» Central do MPLA observam um minuto de silêncio e determinam que vivam para sempre os heróis tombados pela Independência da Pátria.

Correspondendo aos anseios mais sentidos do Povo o MPLA declara o nosso País constituído em República Popular de Angola.

Durante o período compreendido entre o encontro do Alvor e esta Proclamação só o MPLA não violou os acordos assinados.

Aos lacaios internos do imperialismo de há muito os deixámos de reconhecer como movimentos de libertação.

Quanto a Portugal, o desrespeito aos Acordos de Alvor é manifesto, entre outros, no facto de sempre ter silenciado a invasão de que o nosso País é vítima por parte de exércitos regulares e de forças mercenárias. Esta invasão, já conhecida e divulgada em todo o Mundo nem sequer mereceu comentários por parte das autoridades portuguesas que, de facto, não exerceram a soberania a não ser nas áreas libertadas pelo MPLA. Por outro lado o nosso

Movimento enfrenta no terreno várias forças reaccionárias que integram uma espécie de brigada internacional fascista contra o Povo Angolano. E nessa aliança incluem-se forças reaccionárias portuguesas que participam na invasão do Sul do País, que o governo português não só não combateu como legitimou tacitamente pelo seu silêncio e passividade.

Não obstante as organizações fantoches conluídas com exércitos invasores terem de há muito sido denunciadas pelo povo angolano e por todas as forças progressistas do mundo, o governo português teimou em considerá-las como movimentos de libertação, tentando empurrar o MPLA para soluções que significariam uma alta traição ao povo angolano.

Mais uma vez deixamos aqui expresso que a nossa luta não foi nem nunca será contra o povo português. Pelo contrário, a partir de agora, poderemos cimentar ligações fraternas entre dois povos que têm de comum, laços históricos, linguísticos e o mesmo objectivo: a liberdade.

Em Dezembro de 1956, no Manisfesto da sua fundação o MPLA vincava já a sua determinação inquebrantável de lutar por todos os meios para a independência completa de Angola afirmando:—«o colonialismo não cairá sem luta. É por isso que o Povo Angolano só se poderá libertar pela guerra revolucionária. E esta apenas será vitoriosa com a realização de uma frente de unidade de todas as forças anti-imperialistas de Angola que não esteja ligada à cor, à situação social, a credos religiosos e tendências individuais; será vitoriosa graças à formação de um vasto «MOVIMENTO POPULAR DE LIBERTAÇÃO DE ANGOLA»

Força galvanizadora e de vanguarda do nosso povo, o MPLA inicia heroicamente na madrugada de 4 de Fevereiro de 1961 a insurreição geral armada do Povo Angolano contra a dominação colonial portuguesa.

O longo caminho percorrido representa a história heróica de um povo que sob a orientação unitária e correcta da sua vanguarda, contando unicamente com as próprias forças, decidiu combater pelo direito de ser livre e independente.

Apesar da brutalidade da opressão e do terror imposto pelo colonialismo para asfixiar a nossa luta, o Povo Angolano, guiado pela sua vanguarda revolucionária afirmou de uma maneira irrefutável a sua personalidade africana e revolucionária.

Tendo como princípio a unidade de todas as camadas sociais angolanas em torno da linha política e da formação clara dos seus objectivos, definindo correctamente os aliados, amigos e inimigos, o Povo Angolano sob a direcção do MPLA venceu finalmente o regime colonial português.

Derrotado o colonialismo, reconhecido o nosso direito à independência que se materializa neste momento histórico, está realizado o programa mínimo do MPLA. Assim nasce a jovem REPÚBLICA POPULAR DE ANGOLA, expressão da vontade popular e fruto do sacrifício grandioso dos combatentes da libertação nacional.

Porém, a nossa luta não termina aqui. O objectivo é a independência completa do nosso País, a construção de uma sociedade justa e de um Homem Novo.

A luta que ainda travamos contra os lacaios do imperialismo que nesta ocasião se não nomeiam para não denegrir este momento singular da nossa história, integra-se no objectivo de expulsar os invasores estrangeiros, os mesmos que pretendem a neocolonização da nossa terra.

Constitui deste modo preocupação fundamental do novo Estado libertar totalmente o nosso País e todo o nosso povo da opressão estrangeira.

Realizando concretamente as aspirações das largas massas popuares, a República Popular de Angola sob a orientação do MPLA caminha progressivamente para um Estado de Democracia Popular. Tendo por núcleo a aliança dos operários e camponeses, todas as camadas patrióticas estarão unidas contra o imperialismo e os seus agentes, na luta pela edificação de uma sociedade sem exploradores nem explorados.

A força da vontade popular a longa luta armada e a defesa intransigente dos interesses das camadas mais exploradas, consa-

graram o MPLA como o único representante do Povo angolano e força dirigente da República Popular de Angola.

Os Órgãos do Estado na República Popular de Angola guiar-se-ão pelas directrizes superiores do MPLA mantendo-se assegurada a primazia das estruturas do Movimento sobre as do Estado.

E o próprio Movimento não poderá ser nunca um organismo petrificado. Dotado de grande vitalidade e profundamente ligado a dinâmica da revolução ir-se-á modificando quantitativamente e qualitativamente até ao grande salto que o transformará em partido no seio de uma larga frente revolucionária.

Com a proclamação da República Popular de Angola, as FORÇAS ARMADAS POPULARES DE LIBERTAÇÃO DE ANGOLA (FAPLA) são institucionalizadas em exército nacional.

As FAPLA, braço armado do Povo, sob a firme direcção do MPLA constituem um exército popular que tem por objectivo os interesses das camadas mais exploradas do nosso Povo. Preparadas na dura luta de libertação nacional contra o colonialismo Português e armadas da teoria revolucionária continuam a ser um instrumento fundamental da luta anti-imperialista.

Às FAPLA, como força libertadora da República Popular de Angola, caberá defender a integridade territorial do País e na qualidade de exército popular, participar ao lado do Povo na produção para a grandiosa tarefa da RECONSTRUÇÃO NACIONAL.

Angola é um País subdesenvolvido. Devemos ter uma profunda consciência do significado e consequências deste facto.

Os índices tradicionalmente usados para definir o subdesenvolvimento são plenamente confirmados em Angola. Eles dão a imagem da profunda miséria do Povo Angolano. Mas dizer que o nosso País é subdesenvolvido não basta, é necessário acrescentar imediatamente que Angola é um País explorado pelo imperialismo; que gravita na órbita do imperialismo.

Estas duas componentes conjugadas — o subdesenvolvimento e a independência — explicam porque razão a economia de Angola é tão profundamente distorcida, com um sector dito «tradicional»,

ao lado de sectores de ponta, e regiões retardatárias cercando os chamados «pólos» de desenvolvimento. Mas elas explicam também toda a crueza da injustiça das relações sociais.

Pondo ponto final ao colonialismo e barrando decididamente o caminho ao neocolonialismo, o MPLA afirma, neste momento solene o seu propósito firme de mudar radicalmente as actuais estruturas, definindo desde já que o objectivo da reconstrução económica será a satisfação das necessidades do Povo.

Longo caminho teremos de percorrer. Teremos de pôr a funcionar em pleno a máquina económica e administrativa, combater o parasitismo de todo o tipo, acabar progressivamente com as distorções entre os sectores da economia, entre as regiões do País, edificar um Estado de Justiça Social. A economia será planificada para servir o homem Angolano e nunca o imperialismo devorador. Ela será permanentemente orientada para uma economia autocentrada, isto é, realmente Angolana.

A luta pela Independência económica será, consequentemente uma constante da nossa estratégia.

Assim, coerente com as linhas traçadas, a República Popular de Angola lançar-se-á cada vez mais em projectos de industrialização das nossas próprias matérias-primas e mesmo em projectos de indústria pesada.

No entanto, tendo em conta o facto de Angola ser um País em que a maioria da população é camponesa, o MPLA decide considerar a agricultura como a base, e a indústria como factor decisivo do nosso progresso.

O Estado Angolano terá assim a capacidade de resolver com justiça o grave problema das terras e promoverá a criação de cooperativas e empresas estatais no interesse das massas camponesas.

As actividades privadas, mesmo as estrangeiras, desde que úteis à economia da Nação e aos interesses do Povo, serão em seu nome protegidas e encorajadas, tal como estabelece o Programa Maior do nosso Movimento.

A República Popular de Angola estará aberta a todo o Mundo para as suas relações económicas. Aceitará a cooperação Internacional com o pressuposto indiscutível de que a chamada «ajuda externa» não deve ser condicionada ou condicionante. A longa história do MPLA demonstra a evidência que como força dirigente da República Popular de Angola jamais trairá o sagrado princípio da Independência Nacional.

As nossas relações Internacionais serão sempre definidas pelo princípio da reciprocidade de vantagens.

A República Popular de Angola tratará com especial atenção as relações com Portugal e porque desejam que elas sejam duradoiras, estabelecê-las-á numa base nova despida de qualquer vestígio colonial.

O actual Contencioso com Portugal será tratado com serenidade para que não envenene as nossas relações futuras.

É evidente que numa primeira fase a nossa economia se ressentirá com a falta de quadros. Para responder a esta carência será elaborado um plano expedito de formação de quadros nacionais ao mesmo tempo que se apelará para a cooperação Internacional nesse domínio. As nossas escolas, a todos os níveis deverão sofrer uma remodelação radical para que possam de facto servir o Povo e a reconstrução económica.

O imperialismo não desarma.

Vencido o colonialismo, pretende agora impor-nos novo regime de exploração e opressão utilizando os seus lacaios internos, na vã tentativa de destruir as conquistas já alcançadas pelo Povo.

A determinação revolucionária do nosso Povo de combater a exploração do homem pelo homem, a contradição antagónica que nos separa dos inimigos impõe-nos uma nova guerra libertadora que assume a forma de Resistência Popular Generalizada e que será prosseguida até à vitória final.

Neste contexto reveste-se de preponderante importância a produção como frente de combate e condição basilar e vital para o avanço da nossa resistência. E para dar unidade de acção a todo o esforço produtivo do nosso Povo, para tirar o máximo

rendimento do trabalho das massas, para que seja efectivamente garantido o apoio às vigorosas FAPLA, a República Popular de Angola tomará todas as medidas necessárias para enfrentar a situação decorrente da invasão do nosso País.

A República Popular de Angola reitera solenemente a decisão de lutar pela integridade territorial de Angola opondo-se a toda e qualquer tentativa de desmembramento do País.

A República Popular de Angola considera tarefa prioritária, vital e inalienável a expulsão dos exércitos Zairense, Sul-Africano e dos fascistas portugueses, assim como as dos fantoches angolanos e mercenários de várias origens, que constituem as forças conjugadas do imperialismo na agressão ao nosso País.

A nossa luta anti-imperialista, sob a forma de resistência, é a expressão de uma irredutiva contradição de classe, que opõe os interesses do nosso Povo aos do imperialismo internacional. Porém, as contradições existentes no seio do Povo, entre as várias classes e grupos sociais anti-imperialistas pertencem à categoria de contradições secundárias, e como tal devem ser resolvidas.

A República Popular de Angola propõe-se dinamizar e apoiar a instauração do poder popular à escala nacional. As massas trabalhadoras exercerão assim o poder a todos os escalões, única garantia da formação do homem novo e do triunfo da nossa revolução.

A República Popular de Angola considera como um dever patriótico inalienável e de honra a assistência privilegiada e a protecção especial aos órfãos de guerra, aos diminuídos e mutilados de guerra pelos sacrifícios consentidos na luta de libertação nacional.

Envidará ainda todos os esforços, no sentido da reintegração completa na sociedade de todas as vítimas da guerra de libertação nacional.

A República Popular de Angola reafirmará o propósito inabalável de conduzir um combate vigoroso contra o analfabetismo em todo o País, promover e difundir uma educação livre, enraizada na cultura do Povo Angolano.

O Estado realizará todos os esforços para instituir, à escala nacional uma assistência médica e sanitária eficiente dirigida fundamentalmente às massas camponesas até agora privadas desse direito, pelo colonialismo.

Preocupação dominante do novo Estado será também a abolição de todas as discriminações de sexo, idade, origem étnica ou racial e religiosa, e a instituição rigorosa do justo princípio:
— «a trabalho igual, salário igual».

A República Popular de Angola sob a orientação justa do MPLA estimulará o processo da emancipação da mulher Angolana, direito conquistado através da sua participação na luta de libertação Nacional e na produção para a resistência generalizada do nosso Povo.

A República Popular de Angola afirma-se um Estado laico com separação completa da Igreja do Estado, respeitando todas as religiões e protegendo as Igrejas, lugares e objectos de culto e instituições legalmente reconhecidas.

A República Popular de Angola ciente da sua importância e das responsabilidades que lhe cabem no contexto da África Austral e do Mundo, reitera a sua solidariedade para com todos os povos oprimidos do Mundo, em especial os povos do Zimbabué e da Namíbia contra a dominação racista.

O Povo de Angola sob a orientação da sua vanguarda revolucionária o MPLA exprime a sua solidariedade militante para com o povo da África do Sul na sua luta contra o regime racista que o oprime.

Reafirma a sua solidariedade combatente e militante com os povos de Moçambique, Guiné-Bissau, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe e com as suas vanguardas revolucionárias, FRELIMO, PAIGC e MLSTP, companheiros das horas difíceis da nossa luta comum.

Reafirma a sua solidariedade militante e combatente com o povo de Timor dirigido pela sua vanguarda revolucionária a FRETILIN.

Reafirma a sua solidariedade com o povo Palestino na sua justa luta pelos seus direitos nacionais contra o sionismo.

Alcançada a Independência Nacional o MPLA e o Povo Angolano agradecem comovidos a ajuda prestada por todos os povos e países amigos à nossa luta heróica de libertação nacional. O nosso agradecimento dirige-se a todos povos e países africanos que estiveram do nosso lado, aos países socialistas, às forças revolucionárias portuguesas, às organizações progressistas e governos de países ocidentais que souberam compreender e apoiar a luta do Povo Angolano.

A República Popular de Angola, soberana, manterá relações diplomáticas com todos os países do mundo, na base dos princípios de respeito mútuo da soberania nacional, não ingerência, de respeito pela integridade territorial, não agressão, igualdade e reciprocidade de vantagens, e da coexistência pacífica.

A República Popular de Angola, Estado Africano, livre e independente, exprime a sua adesão aos princípios da Carta da Unidade Africana e da Carta das Nações Unidas.

A política externa da República Popular de Angola, baseada nos princípios de total independência, seguidos desde sempre pelo MPLA, será de não alinhamento.

A República Popular de Angola saberá respeitar os compromissos internacionais que assumir, assim como respeitará as vias internacionais que utilizam o seu território.

A República Popular de Angola, país empenhado na luta anti-imperialista terá por aliados naturais os países africanos, os países socialistas e todas as forças progressistas do Mundo.

Compatriotas, Camaradas!

No momento em que o Povo Angolano se cobre de glória pela vitória do sacrifício dos seus melhores filhos, saudamos na República Popular de Angola o nosso primeiro Estado, a libertação da nossa querida Pátria.

De Cabinda ao Cunene, unidos pelo sentimento comum da Pátria, cimentados pelo sangue vertido pela liberdade, honramos

os heróis tombados na longa resistência de cinco séculos e seremos dignos do seu exemplo.

Respeitamos as características de cada região, de cada núcleo populacional do nosso País, porque todos de igual modo oferecemos à Pátria o sacrifício que ela exige para que viva.

A bandeira que hoje flutua é o símbolo da libertação, fruto do sangue, do ardor e das lágrimas, e do abnegado amor do Povo Angolano.

Unidos de Cabinda ao Cunene, prosseguimos com vigor a Resistência Popular Generalizada e construiremos o nosso ESTADO DEMOCRÁTICO E POPULAR.

HONRA AO POVO ANGOLANO

GLÓRIA ETERNA AOS NOSSOS HERÓIS

A LUTA CONTINUA

A VITÓRIA É CERTA

LEI CONSTITUCIONAL

LEI CONSTITUCIONAL DA REPÚBLICA POPULAR DE ANGOLA

TÍTULO I

Princípios fundamentais

ARTIGO 1.º

A República Popular de Angola é um Estado soberano, independente e democrático, cujo primeiro objectivo é a total libertação do Povo Angolano dos vestígios do colonialismo e da dominação e agressão do imperialismo e a construção dum país próspero e democrático, completamente livre de qualquer forma de exploração do homem pelo homem, materializando as aspirações das massas populares.

ARTIGO 2.º

Toda a soberania reside no Povo Angolano. Ao M.P.L.A., seu legítimo representante, constituído por uma larga frente em que se integram todas as forças patrióticas empenhadas na luta anti-imperialista, cabe a direcção política, económica e social da Nação.

ARTIGO 3.°

Às massas populares é garantida uma ampla e efectiva participação no exercício do poder político, através da consolidação, alargamento e desenvolvimento das formas organizativas do poder popular.

ARTIGO 4.°

A República Popular de Angola é um Estado unitário e indivisível, cujo território, inviolável e inalienável, é o definido pelos actuais limites geográficos de Angola, sendo combatida energicamente qualquer tentativa separatista ou de desmembramento do seu território.

ARTIGO 5.°

Será promovida e intensificada a solidariedade económica, social e cultural entre todas as regiões da República Popular de Angola, no sentido do desenvolvimento comum de toda a Nação Angolana e da liquidação das sequelas do regionalismo e do tribalismo.

ARTIGO 6.°

As Forças Armadas Populares de Libertação de Angola — FAPLA — braço armado do Povo, sob a direcção do M.P.L.A. e tendo como Comandante em Chefe o seu Presidente, são institucionalizadas como exército nacional da República Popular de Angola, cabendo-lhes a defesa da integridade territorial da Pátria e a participação ao lado do Povo na produção e, consequentemente, na Reconstrução Nacional.

O Comandante em Chefe das Forças Armadas Populares de Libertação de Angola — FAPLA — nomeia e demite os responsáveis militares no escalão superior.

ARTIGO 7.°

A República Popular de Angola é um Estado laico, havendo uma completa separação entre o Estado e as instituições religiosas. Todas as religiões serão respeitadas e o Estado dará protecção às igrejas, lugares e objectos de culto, desde que se conformem com as leis do Estado.

ARTIGO 8.°

A República Popular de Angola considera a agricultura como base e a indústria como factor decisivo do seu desenvolvimento. O Estado orienta e planifica a economia nacional visando o desenvolvimento sistemático e harmonioso de todos os recursos naturais e humanos do país e a utilização da riqueza em benefício do Povo Angolano.

ARTIGO 9.°

A República Popular de Angola promoverá a instauração de relações sociais justas em todos os sectores da produção, impulsionando e desenvolvendo o sector público e fomentando as formas cooperativas. À República Popular de Angola caberá muito especialmente resolver o problema das terras, no interesse das massas camponesas.

ARTIGO 10.°

A República Popular de Angola reconhece, protege e garante as actividades e a propriedade privadas, mesmo de estrangeiros, desde que úteis à economia do país e aos interesses do Povo Angolano.

ARTIGO 11.°

Todos os recursos naturais existentes no solo e no subsolo, as águas territoriais, a plataforma continental e o espaço aéreo são propriedade do Estado, que determinará as condições do seu aproveitamento e utilização.

ARTIGO 12.°

O sistema fiscal será norteado pelo princípio da tributação progressiva dos impostos directos, não sendo permitidos privilégios de qualquer espécie em matéria fiscal.

ARTIGO 13.°

A República Popular de Angola combate energicamente o analfabetismo e o obscurantismo e promove o desenvolvimento de uma educação ao serviço do Povo e de uma verdadeira cultura nacional, enriquecida pelas conquistas culturais revolucionárias dos outros povos.

ARTIGO 14.°

A República Popular de Angola respeita e aplica os princípios da Carta da Organização das Nações Unidas e da Carta da Organização da Unidade Africana e estabelecerá relações de amizade e cooperação com todos os Estados, na base dos princípios do respeito mútuo pela soberania e integridade territorial, igualdade, não ingerência nos assuntos internos de cada país e reciprocidade de benefícios.

ARTIGO 15.°

A República Popular de Angola apoia e é solidária com a luta dos povos pela sua libertação nacional e estabelecerá relações de amizade e cooperação com todas as forças democráticas e progressistas do mundo.

ARTIGO 16.°

A República Popular de Angola não adere a qualquer organização militar internacional, nem permite a instalação de bases militares estrangeiras em território nacional.

TÍTULO II

Direitos e Deveres Fundamentais

ARTIGO 17.°

O Estado respeita e protege a pessoa e dignidade humanas. Todo o cidadão tem direito ao livre desenvolvimento da sua personalidade, dentro do respeito devido aos direitos dos outros cidadãos e dos superiores interesses do Povo Angolano. A lei protegerá a vida, a liberdade, a integridade pessoal, o bom nome e a reputação de cada cidadão.

ARTIGO 18.°

Todos os cidadãos são iguais perante a lei e gozam dos mesmos direitos e estão sujeitos aos mesmos deveres, sem distinção da sua cor, raça, etnia, sexo, lugar de nascimento, religião, grau de instrução, condição económica ou social.

A lei punirá severamente todos os actos que visem prejudicar a harmonia social ou criar discriminações e privilégios com base nesses factores.

ARTIGO 19.°

Participar na defesa da integridade territorial do país e defender e alargar as conquistas revolucionárias é o direito e o dever mais alto e indeclinável de cada cidadão da República Popular de Angola.

ARTIGO 20.°

Todos os cidadãos, maiores de 18 anos, com excepção dos legalmente privados dos direitos políticos, têm o direito e o dever de participar activamente na vida pública, votando e sendo eleitos ou nomeados para qualquer órgão do Estado, e desempenhando os seus mandatos com inteira devoção à causa da Pátria e do Povo Angolano.

ARTIGO 21.°

Todo o cidadão eleito tem o dever de prestar contas do exercício do seu mandato perante os eleitores que o escolherem, assistindo a estes o direito de, a qualquer momento, revogarem fundamentalmente o mandato concedido.

ARTIGO 22.°

No quadro da realização dos objectivos fundamentais da República Popular de Angola, a lei assegurará o direito de livre expressão, reunião e associação.

ARTIGO 23.°

Nenhum cidadão pode ser preso e submetido a julgamento senão nos termos da lei, sendo garantido a todos os arguidos o direito de defesa.

ARTIGO 24.°

A República Popular de Angola garante as liberdades individuais, nomeadamente a inviolabilidade do domicílio e o sigilo da correspondência, com os limites especialmente previstos na lei.

ARTIGO 25.°

A liberdade de consciência e de crença é inviolável. A República Popular de Angola reconhece a igualdade de todos os cultos e garante o seu exercício desde que compatíveis com a ordem pública e o interesse nacional.

ARTIGO 26.°

O trabalho é um direito e um dever para todos os cidadãos, devendo cada um produzir segundo a sua capacidade e ser remunerado de acordo com o seu trabalho.

ARTIGO 27.°

O Estado promoverá as medidas necessárias para assegurar aos cidadãos o direito à assistência médica e sanitária, bem como o direito à assistência na infância, na maternidade, na invalidez, na velhice e em qualquer situação de incapacidade para o trabalho.

ARTIGO 28.°

Os combatentes da guerra de libertação nacional que ficaram diminuídos na sua capacidade e as famílias dos combatentes que morreram na luta têm, por dever de honra da República Popular de Angola, direito a especial protecção.

ARTIGO 29.°

A República Popular de Angola promove e garante o acesso de todos os cidadãos à instrução e à cultura.

ARTIGO 30.°

A República Popular de Angola deve criar as condições políticas, económicas e culturais necessárias para que os cidadãos possam gozar efectivamente dos seus direitos e cumprir integralmente os seus deveres.

TÍTULO III

Dos órgãos do Estado

Capítulo I

PRESIDENTE DA REPÚBLICA

ARTIGO 31.°

O Presidente da República Popular de Angola é o Presidente do M.P.L.A.

O Presidente da República, como Chefe do Estado, representa a Nação Angolana.

ARTIGO 32.º

O Presidente da República tem a seguinte competência específica:

a) Presidir ao Conselho da Revolução e orientar os seus trabalhos;
b) Dar posse ao Governo nomeado pelo Conselho da Revolução;
c) Declarar a guerra e fazer a paz, precedendo autorização do Conselho da Revolução;
d) Dar posse aos comissários provinciais, nomeados pelo Conselho da Revolução sob indicação do M.P.L.A.;
e) Assinar, promulgar e fazer publicar as leis do Conselho da Revolução, os decretos do Governo e os decretos regulamentares dos Ministros;
f) Dirigir a defesa nacional;
g) Indultar e comutar penas;
h) Indicar, de entre os membros do Conselho da Revolução, quem o substitua nas suas ausências ou impedimentos temporários;
i) Exercer todas as restantes funções que lhe forem conferidas pelo Conselho da Revolução.

ARTIGO 33.º

No caso de morte, renúncia ou impedimento permanente do Presidente da República, o Conselho da Revolução designará de entre os seus membros quem exerça provisoriamente o cargo de Presidente da República.

Capítulo II

ASSEMBLEIA DO POVO

ARTIGO 34.º

A Assembleia do Povo é o órgão supremo do Estado na República Popular de Angola.

Lei especial fixará a sua composição e sistema de eleição, bem como a sua competência e funcionamento.

Capítulo III

CONSELHO DA REVOLUÇÃO

ARTIGO 35.º

Enquanto não se verificar a total libertação do território nacional e não estiverem preenchidas as condições para a instituição da Assembleia do Povo, o órgão supremo do poder do Estado é o Conselho da Revolução.

ARTIGO 36.º

O Conselho da Revolução é constituído:

a) Pelos membros do Bureau Político do M.P.L.A.;
b) Pelos membros do Estado-Maior Geral das F.A.P.L.A.;
c) Pelos membros do Governo designados para o efeito pelo M.P.L.A.;
d) Pelos Comissários Provinciais;
e) Pelos Chefes dos Estados-Maiores e Comissários Políticos das frentes militares.

ARTIGO 37.º

O Conselho da Revolução é presidido pelo Presidente da República.

ARTIGO 38.º

O Conselho da Revolução tem as seguintes atribuições:

a) Exercer a função legislativa, que poderá delegar no Governo;

b) Definir e orientar a política interna e externa do país;
c) Aprovar o Orçamento Geral do Estado e o Plano Económico elaborado pelo Governo;
d) Nomear e exonerar o Primeiro-Ministro e os restantes membros do Governo, sob a indicação do M.P.L.A.;
e) Nomear e exonerar os Comissários Provinciais, sob a indicação do M.P.L.A.;
f) Autorizar o Presidente da República a declarar a guerra e a fazer a paz;
g) Decretar o estado de sítio ou o estado de emergência;
h) Decretar amnistias.

Capítulo IV

GOVERNO

ARTIGO 39.º

O Governo é constituído pelo Primeiro-Ministro, pelos Ministros e pelos Secretários de Estado.

O Governo é presidido pelo Primeiro-Ministro.

ARTIGO 40.º

Incumbe ao Governo, como órgão executivo, conduzir a política interna e externa do Estado, sob a orientação do Conselho da Revolução e do Presidente da República, e superintender no conjunto da administração pública.

ARTIGO 41.º

São atribuições do Governo, em especial:

a) Garantir a segurança das pessoas e bens;
b) Elaborar o Orçamento Geral do Estado e executá-lo após aprovação do Conselho da Revolução;
c) Elaborar o Plano Económico e executá-lo após aprovação do Conselho da Revolução.

ARTIGO 42.º

O Governo poderá exercer por decreto a função legislativa que lhe for delegada pelo Conselho da Revolução.

Aos Ministros cabe regulamentar as leis do Conselho da Revolução e os decretos do Governo.

ARTIGO 43.º

O Governo poderá reunir, no todo ou em parte, com o Conselho da Revolução, sempre que este o determinar.

Capítulo V

TRIBUNAIS

ARTIGO 44.º

Cabe em exclusivo aos Tribunais o exercício da função jurisdicional, visando a realização de uma justiça democrática.

A organização, composição e a competência dos Tribunais serão fixadas por lei.

ARTIGO 45.º

No exercício das suas funções os Juízes são independentes.

Capítulo VI

ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E CORPOS ADMINISTRATIVOS

ARTIGO 46.º

A República Popular de Angola divide-se administrativamente em Províncias, Concelhos, Comunas, Círculos, Bairros e Povoações.

ARTIGO 47.º

A administração local orienta-se pelos princípios conjugados da unidade e da descentralização e iniciativa local.

ARTIGO 48.º

Na Província, o Comissário Provincial é o representante directo do Conselho da Revolução e do Governo.

O Governo é representado no Conselho pelo Comissário Local, na Comuna pelo Comissário de Comuna e no Círculo pelo Delegado, os quais são nomeados sob a indicação do M. P. L. A.

ARTIGO 49.º

Em cada Província há uma Comissão Provincial que é presidida pelo Comissário Provincial, e que tem funções legislativas em matéria de exclusivo interesse da Província.

ARTIGO 50.º

Os Corpos Administrativos do Concelho, da Comuna, do Bairro e da Povoação, são respectivamente a Câmara Municipal, a Comissão Comunal e a Comissão Popular de Bairro ou de Povoação.

ARTIGO 51.º

As autarquias locais têm personalidade jurídica e gozam de autonomia administrativa e financeira.

ARTIGO 52.º

A estrutura e a competência dos Corpos Administrativos e dos demais órgãos de administração local serão fixadas por lei.

TÍTULO IV

Símbolos da República Popular de Angola

ARTIGO 53.º

Os símbolos da República Popular de Angola são a BANDEIRA, a INSÍGNIA e o HINO.

ARTIGO 54.º

A BANDEIRA NACIONAL tem duas cores dispostas em duas faixas horizontais. A faixa superior é de cor vermelha-rubro e a inferior de cor preta e representam:

Vermelha-rubro — o sangue derramado pelos angolanos durante a opressão colonial, a luta de libertação nacional e a revolução.

Preta — o Continente Africano.

No centro figura uma composição constituída por uma secção de uma roda dentada, símbolo da classe operária e da produção industrial; por uma catana, símbolo da classe camponesa, da produção agrícola e da luta armada e por uma estrela, símbolo do internacionalismo e do progresso.

A roda dentada, a catana e a estrela são de cor amarela, que representam as riquezas do país.

ARTIGO 55.º

A insígnia da República Popular de Angola é formada por uma secção de uma roda dentada e por uma ramagem de milho, café e algodão, representando respectivamente a classe operária e a produção industrial e a classe camponesa e a produção agrícola.

Na base do conjunto existe um livro aberto, símbolo da educação e cultura e o sol nascente, significando o novo país. Ao centro,

está colocada uma catana e uma enxada, simbolizando o trabalho e o início da luta armada. Ao cimo figura a estrela, símbolo do internacionalismo e do progresso.

Na parte inferior do emblema, está colocada uma faixa dourada com a inscrição «República Popular de Angola».

ARTIGO 56.°

O Hino Nacional é «ANGOLA AVANTE».

TÍTULO V

Disposições Finais e Transitórias

ARTIGO 57.°

Até à criação da Assembleia com poderes contituintes, a modificação da presente Lei Constitucional só poderá ser feita pelo Comité Central do M.P.L.A.

ARTIGO 58.°

As leis e regulamentos actualmente em vigor serão aplicáveis enquanto não forem revogados ou alterados e desde que não contrariem o espírito da presente Lei e o processo revolucionário angolano.

ARTIGO 59.°

Serão revistos todos os tratados, acordos e alianças em que Portugal tenha comprometido Angola e que sejam atentórios dos interesses do Povo Angolano.

ARTIGO 60.°

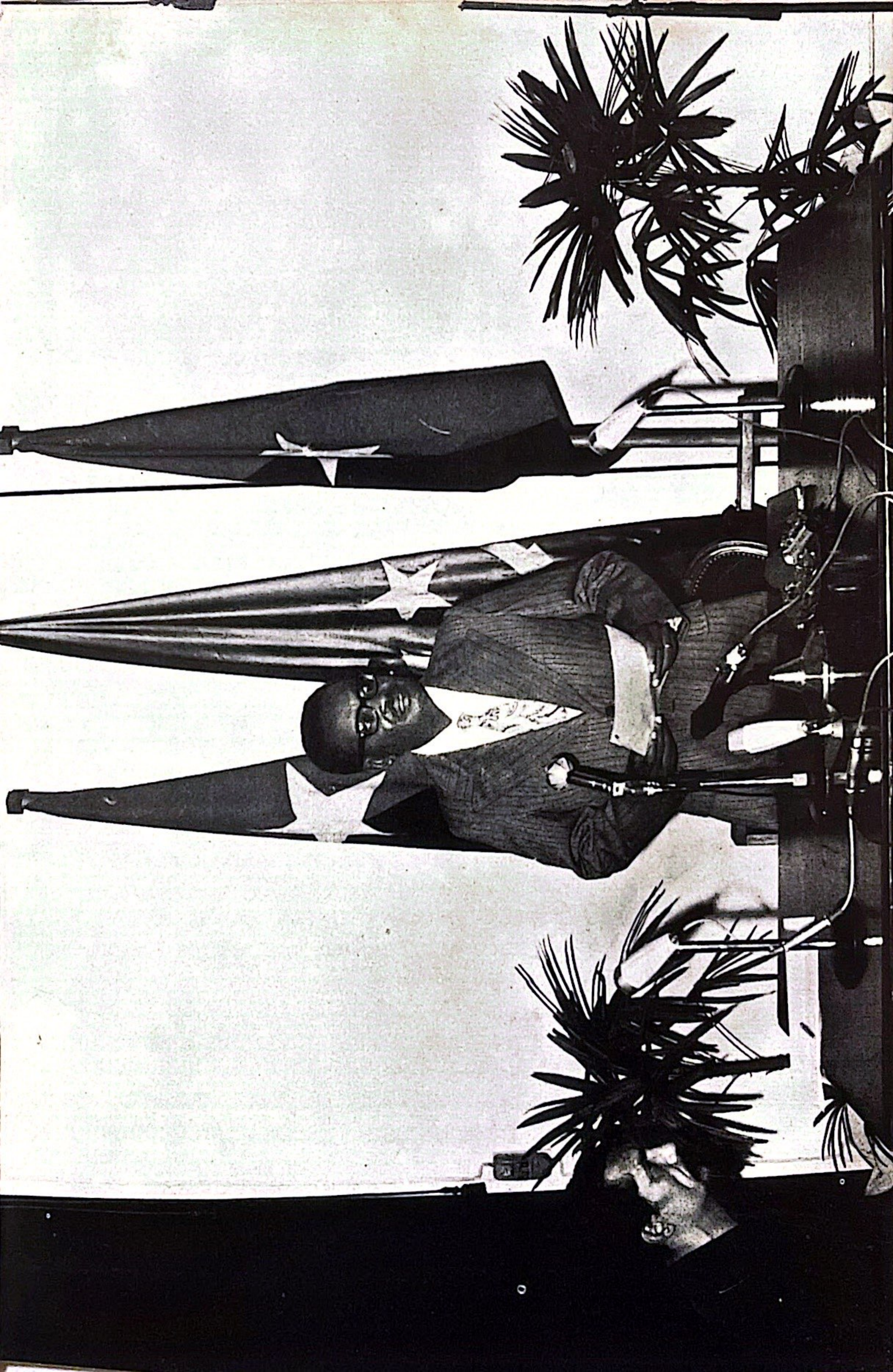
O presente diploma entra em vigor às zero horas do dia 11 de Novembro de 1975.

Aprovada por aclamaçãço pelo Comité Central do Movimento Popular de Libertação de Angola, em 10 de Novembro de 1975.

Publique-se.

António Agostinho Neto, Presidente do M.P.L.A.

ACTO DE INVESTIDURA
DO
PRESIDENTE DA REPÚBLICA



ACTO DE INVESTIDURA DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA POPULAR DE ANGOLA

PROCLAMADO PELO CAMARADA LÚCIO LARA EM NOME DO COMITÉ CENTRAL

Povo Angolano,
Camaradas,

Algumas horas depois da Proclamação da República Popular de Angola, o Comité Central do MPLA cumpre a honrosa responsabilidade de dotar a nossa jovem Pátria Independente de um Chefe capaz de assegurar a continuidade da luta do nosso Povo pela sua completa libertação, pelo poder popular, pela liquidação dos nossos inimigos, pela satisfação das aspirações das classes mais exploradas.

As invasões de que o nosso Povo foi objecto a Norte e a Sul, incluindo desde há pouco novas tentativas na Província de Cabinda, a guerra de agressão que nos move o imperialismo e os seus lacaios, impõem que à frente dos destinos da Pátria o MPLA coloque um filho do Povo, militante temperado nas horas difíceis da clandestinidade, das prisões, da guerra de libertação e no combate às maquiavélicas manobras que, ao longo dos anos, foram movidas contra o MPLA, e contra o Povo Angolano.

Essa responsabilidade, tal como a responsabilidade da Proclamação da Independência, assume-a o MPLA de pleno direito, através do seu Comité Central.

De pleno direito porque, desde a sua fundação em 1956, o Movimento Popular de Libertação de Angola definiu claramente a linha a seguir no combate a travar pela liberdade e pela unidade do Povo, contra o colonialismo e contra o imperialismo.

E ao longo destas quase duas décadas de existência, combatendo sem tréguas contra todos os inimigos, derrubando um a um os difíceis obstáculos de ordem política, militar, social e até geográfica, o glorioso MPLA conseguiu manter-se fiel aos princípios do Manifesto de 1956, na defesa de uma linha verdadeiramente revolucionária, popular, independente e anti-imperialista, nunca se vergando a quaisquer desígnios contra o interesse e a dignidade do nosso Povo.

Provaram-no as jornadas históricas do 4 de Fevereiro de 1961, provou-o a resposta altiva dada pelo MPLA à África que, em 1963, caía na armadilha imperialista de reconhecer um governo fantoche no exílio, reconhecimento que 3 anos depois a OUA teve de repudiar.

Provaram-no as vitórias que, primeiro sobre o colonialismo português e agora sobre o inimigo interno e os agressores estrangeiros, o nosso Povo vai acumulando, guiado pelo MPLA.

No árduo e longo caminho da luta de libertação, o MPLA ganhou assim a confiança de todos os patriotas que acreditam numa Angola unida e próspera.

Nos momentos dramáticos que sucederam à assinatura de um cessar-fogo com o governo português, quando as organizações fantoches mendigaram alianças indignas aos inimigos mais ferozes de Angola e de África, o MPLA continua a ser a única força patriótica que, com as FAPLA, o seu braço armado, se opõe de cabeça erguida e dentro de uma linha política correcta a todos os inimigos, não recusando para isso a solidariedade internacional daqueles mesmos que nos apoiaram durante os 14 anos de luta armada.

É pois dentro do direito que lhe assiste pela posição revolucionária intransigente sempre assumida, que o MPLA, através do seu Comité Central escolheu para presidir aos destinos da República Popular de Angola o seu mais destacado militante, o camarada Presidente Dr. Agostinho Neto.

A sua vincada personalidade de combatente da independência muito cedo se impôs a todo o Povo. Já mesmo nos tempos em que, ainda em Angola, se preparava para arrancar uma qualificação universitária com a qual iria servir o Povo, o camarada Presidente Agostinho Neto liderou numerosos grupos de militantes clandestinos da independência.

Nos anos cinquenta, o camarada Presidente Dr. Agostinho Neto, já na Universidade, continuava a liderar o combate dos estudantes revolucionários das colónias portuguesas, o que lhe valeu algumas prisões e humilhações da vigilante polícia política portuguesa.

Pela sua libertação das masmorras da PIDE lutaram personalidades dos cinco continentes, numa primeira manifestação de solidariedade internacionalista, que bastante contribuiu para tornar conhecido no mundo a ainda ignorada luta do nosso Povo pela Liberdade.

Datam, aliás, dessa época alguns dos poemas mais significativos criados pela inspiração revolucionária do camarada Presidente que, de regresso a Angola em 1959, voltaria a ser preso, em conjunto com muitos outros patriotas, sendo mais tarde deportado para Cabo Verde.

É nessa altura que é designado Presidente de Honra do MPLA, distinção que soube assumir com dignidade e com coragem diante dos esbirros que o cercavam.

Em 1962 consegue escapar às mãos da PIDE e participar da 1.ª Conferência Nacional do MPLA, onde é eleito Presidente do MPLA, função que viria a ser reconfirmada em todas as reuniões maiores convocadas posteriormente pelo nosso Movimento.

Sempre preocupado com a satisfação das necessidades das massas trabalhadoras, o camarada Presidente impôs-se cada vez mais à estima e à admiração do nosso Povo, que não cessa de lhe testemunhar, em cada ocasião, o seu carinho e a sua confiança inabalável.

As manifestações grandiosas e entusiásticas que lhe foram testemunhadas em todos os pontos de Angola que poude percorrer, são bem a prova de que o Povo Angolano patriota escolheu para seu chefe aquele que tem sabido defender os seus legítimos direitos de uma maneira firme, sem tibiezas e também sem demagogia.

O Comité Central do MPLA, materializando o sentimento profundo das massas trabalhadoras e de todos os patriotas Angolanos, investe o camarada Doutor Agostinho Neto, Presidente do MPLA, nas funções de Presidente da República Popular de Angola.

Luanda, 11 de Novembro de 1975.

JURAMENTO
DO
PRESIDENTE DA REPÚBLICA POPULAR DE ANGOLA

JURAMENTO

PERANTE O COMITÉ CENTRAL DO MOVIMENTO POPULAR DE LIBERTAÇÃO DE ANGOLA,

PERANTE A MEMÓRIA DOS PATRIOTAS TOMBADOS NA LUTA DE LIBERTAÇÃO NACIONAL,

PERANTE O POVO ANGOLANO E EM PARTICULAR AQUELES DOS SEUS FILHOS QUE NAS DIVERSAS FRENTES DE BATALHA IMPEDEM O INIMIGO DE DESTRUIR AS CONQUISTAS JÁ OBTIDAS,

JURO RESPEITAR E FAZER CUMPRIR A LEI CONSTITUCIONAL E AS LEIS QUE REGERÃO O PAÍS INDEPENDENTE,

JURO DEFENDER COM TODAS AS MINHAS FORÇAS A INDEPENDÊNCIA, A SOBERANIA E A UNIDADE DA NAÇÃO E A INTEGRIDADE DO SOLO PÁTRIO,

JURO CONTINUAR A LUTAR PELA REALIZAÇÃO DO PROGRAMA DO M.P.L.A., NO SENTIDO DE SATISFAZER AS LEGÍTIMAS ASPIRAÇÕES DO NOSSO POVO E EM PARTICULAR DAS CAMADAS MAIS EXPLORADAS.

DISCURSO

DO

PRIMEIRO MINISTRO

CAMARADA LOPO DO NASCIMENTO



Camarada Presidente,
Camaradas,
Minhas Senhoras e meus Senhores:

A República Popular de Angola nasce em condições particularmente difíceis.

A agressão imperialista aliada aos males herdados do colonialismo exigem do nosso Povo uma vontade de ferro, um enorme espírito de sacrifício.

A guerra de resistência poderá durar ainda muitos anos, as nossas cidades poderão ser destruídas, muitos dos nossos camaradas irão morrer mas *não nos deixaremos intimidar*. À violência reaccionária e mercenária, responderemos com implacável violência revolucionária do povo em armas; saberemos ser dignos dos 14 anos de luta contra o colonialismo, saberemos honrar a memória dos heróis caídos no combate contra a opressão.

Estamos conscientes das nossas responsabilidades perante todos os povos oprimidos, do carácter exemplar e determinante da nossa luta para a vitória dos explorados contra os exploradores em todo o mundo e em particular na África Austral.

Sabemos que deveremos contar essencialmente com as nossas próprias forças e esforçar-nos por obter a aprovação e a ajuda dos nossos aliados naturais, bem como das forças progressistas que em todo o mundo travam o mesmo combate contra o imperialismo e a exploração.

Guiado pela sua vanguarda, o MPLA, o Povo Angolano é a força decisiva que transformará esta sociedade.

Na Angola independente, como afirmou o Camarada Presidente, os órgãos de Estado deverão ser dirigidos e controlados pelo MPLA, a quem cabe a orientação política em todos os sectores da vida nacional, na política, na economia, na defesa e na vida social.

O Governo, como órgão executivo do Estado, deverá submeter toda a sua actuação às directrizes dimanadas dos órgãos dirigentes do nosso Movimento.

Esta aceitação do papel dirigente do Movimento a nível de todo o aparelho de Estado *não é apenas teórica.*

Aos membros do Governo que ora tomam posse cabe a responsabilidade de a respeitar na prática submetendo-se incondicionalmente aos princípios de disciplina revolucionária.

Todos os militantes do MPLA destacados no aparelho de Estado deverão ter presente *que são acima de tudo militantes do Movimento que devem estar ao serviço das massas populares e a elas ligados* e não poderemos tornarmo-nos super-burocratas isolados do Movimento e do Povo, sob pena de trair os objectivos da nossa luta. Impõem-se, portanto, transformar as estruturas do aparelho de Estado colonial, efectivando o direito do Povo participar na gestão do Estado, através dos órgãos de poder popular, tornando os trabalhadores da função pública combatentes da retaguarda, armados de uma ideologia revolucionária que lhes dê consciência da sua posição de privilegiados em relação às massas operárias e camponesas, cujos interesses devem defender intransigentemente. Para tanto é necessário, a nível da Administração Pública, considerar o espírito colectivo e de sacrifício, combater o oportunismo e o separatismo, lutar contra a corrupção, o favoritismo e o esbanjamento e aumentar a produtividade.

O nosso País, embora rico em potencialidades, é um País explorado e em guerra — é portanto, neste momento, um País pobre porque as nossa riquezas não são convenientemente aproveitadas e postas ao serviço das massas operárias e camponesas.

Isto é devido ao facto de além de termos herdado uma situação de dependência económica do grande capital internacional, a nossa economia está praticamente destruída pela guerra e pela sabotagem económica dos capitalistas coloniais, que nas vésperas de abandonarem o País se entregaram à pilhagem e à depredação do aparelho produtivo nacional. Devemos acrescentar a saída maciça de técnicos, de difícil substituição, porquanto o colonialismo, a fim de manter e aumentar a nossa dependência económica, impediu sempre a formação de quadros nacionais.

Esta situação de pobreza impõe que a nível económico seja tarefa prioritária do Governo, dentro do princípio definido pelo Camarada Presidente que a agricultura é a base do desenvolvimento económico e a indústria o seu factor dinamizador, lançar as bases materiais e técnicas de uma economia de resistência, planificada, democrática e popular, que permita assegurar a defesa nacional e a melhoria das condições de vida do nosso Povo. Assim, o Governo deverá:

— Concentrar todos os esforços no sentido de aumentar a produção de bens agrícolas e industriais essenciais à satisfação das necessidades das Forças Armadas e da população.

— Criar e consolidar formas colectivas de produção, através do apoio às cooperativas e outros órgãos populares do poder económico, bem como de criar condições para que as massas trabalhadoras assumam o seu papel de direcção materializando o princípio de que o poder popular só é real se nasce da produção.

— Criar reservas estratégicas que garantam o abastecimento em bens essenciais à defesa nacional e ao desenvolvimento das forças produtivas.

— Promover a luta contra a burocracia, as despesas supérfluas e a pilhagem dos recursos económicos do País, dentro de uma política de rígida austeridade.

— Criar condições para a auto-suficiência económica das províncias, desenvolvendo em cada região a produção agrícola e industrial de bens essenciais à resistência, a fim de assegurar a satisfação das necessidades das Forças Armadas e da população.

— Estruturar os circuitos comerciais por forma a eliminar as interferências parasitárias, o açambarcamento, a especulação e outras formas de exploração, garantindo o controlo desses circuitos pelas massas trabalhadoras.

— Mobilizar todo o nosso Povo para as tarefas da produção, combatendo o desemprego e o subemprego, em grande parte frutos da política de desenvolvimento capitalista, encaminhando largas massas da população das cidades para o campo, onde deverão ser integradas na produção agrícola.

— A melhoria das condições de vida do nosso Povo implica também a definição de uma política de saúde que sirva os interesses das camadas sociais que nunca beneficiaram da medicina colonial. Assim, impõe-se criar condições para uma medicina popular e de resistência, estruturando uma rede sanitária nacional que tenha por base o promotor da saúde, colocado em cada aldeia e escolhido pelas próprias massas populares, e no topo os hospitais centrais. É ainda fundamental garantir o apoio às populações atingidas pela guerra, aos mutilados de guerra e também assegurar a criação de condições visando a progressiva eliminação dos males sociais como a prostituição e o alcoolismo. A democratização das estruturas políticas e económicas nacionais exige que o Governo reforce o funcionamento democrático das estruturas de base do poder popular e a sua coordenação e articulação a nível nacional, com vista à consolidação da aliança operário-camponesa e à consequente construção duma sociedade sem exploração do homem pelo homem.

Para tanto será necessário:

— Reforçar a estreita ligação entre as massas trabalhadoras e a direcção do MPLA, através de uma troca contínua de informações.

— Elevar o nível de consciência política dos operários, dos camponeses e dos soldados e mobilizar todas as camadas sociais-anti-imperialistas para a resistência popular generalizada organizando-as em formas correctas, dentro dos princípios de centralismo democrático.

Dentro das preocupações do Governo uma atenção especial deve ser dada à educação.

A escola colonial, alienante e elitista, deverá transformar-se numa base para o povo tomar o poder, difundindo os princípios revolucionários pelas massas operárias e camponesas e contribuindo deste modo decisivamente para a criação do homem novo.

Reafirmo aqui, solenemente, que a nossa política externa será guiada pelo princípio de não-alinhamento, não-comprometimento com qualquer bloco e com base no princípio de não-ingerência nos assuntos internos.

Camaradas:

Para cumprirmos as grandes tarefas que cabem à República Popular de Angola devemos engajar na luta anti-imperialista todas as forças e camadas sociais estruturalmente interessadas no combate à exploração, incluindo os portugueses que escolheram o nosso País como sua segunda Pátria e que, neste momento, participam ao lado do Povo Angolano nas tarefas da resistência.

Devemos erguer bem alto a bandeira da revolução, não recuar perante o inimigo, dedicar toda a nossa vida às tarefas da resistência, elevar sistematicamente os nossos conhecimentos e reforçar-nos ideologicamente através da prática constante da crítica e autocrítica.

O Povo Angolano, unido e guiado pela sua vanguarda revolucionária, o MPLA, vencerá!

VIVA A RESISTÊNCIA POPUPLAR GENERALIZADA!

VIVA O PODER POPULAR!

A LUTA CONTINUA!

A VITÓRIA É CERTA!

DISCURSO
DO
CAMARADA PRESIDENTE NA TOMADA DE POSSE DO PRIMEIRO GOVERNO



DISCURSO DE INVESTIDURA DO PRIMEIRO GOVERNO DA REPÚBLICA POPULAR DE ANGOLA

PRONUNCIADO PELO CAMARADA PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Cumpro hoje o dever de dar posse ao Primeiro-Ministro e a oito dos dez Ministros e Secretários de Estado que compõem o Primeiro Governo da República Popular de Angola, após a proclamação da independência do nosso Estado.

Este executivo, indicado pelo Bureau Político, é composto por camaradas que deram provas de patriotismo durante a luta contra o colonialismo português.

Temos pois a certeza de podermos, com ele realizar o programa e orientação política e ideológica do nosso Movimento, assim como fazer face aos problemas que carecem de solução imediata.

E o mais importante de todos, será o de reunificar a Pátria dividida pela invasão estrangeira, auxiliada no interior pelos bonifrates do imperialismo.

Portanto, a defesa do país, em todas as suas formas, será uma tarefa primordial.

Para o Governo da jovem Angola um esforço de austeridade acompanhará a mobilização geral para esta defesa.

Por outro lado, as consequências da crise económica provocada pelo colonialismo português será nova matéria a que o nosso presente Governo prestará atenção, no sentido de evitar as carências actuais nos sectores do trabalho, da produção e do comércio.

Do ponto de vista social será necessário que cada cidadão encontre as condições suficientes para o exercício normal das suas funções.

As estruturas administrativas herdadas do colonialismo, terão de ser modificadas, de maneira a organizar o comando em cada esfera burocrática, e disciplinar o comportamento dos funcionários. Neste domínio, a organização do poder popular a todos os níveis será uma preocupação constante, a fim de serem preparadas as condições para o avanço rápido em direcção de uma democracia popular em que operários e camponeses possam exercer o poder político.

O impacto sobre o mundo da proclamação da Independência faz-nos prever uma intensa actividade diplomática que realizaremos dentro dos princípios do não alinhamento já anunciados.

Esperamos que com Portugal, apesar das ambiguidades actuais da sua política possamos, finalmente, ter as desejáveis relações diplomáticas, que também é, temos a certeza, o querer do povo português.

Indicadas algumas áreas de acção, sublinho a importância de uma constante ligação com as massas populares, da descentralização na actividade administrativa, de modo a não concentrar nenhuma espécie de actividades em certas áreas e não hipertrofiar determinados centros económicos, devendo o Governo fazer melhor distribuição da nossa população e das nossas riquezas.

Saudando, portanto, os camaradas que mereceram a confiança do Bureau Político para a realização da política da República Popular de Angola, exprimo votos de um trabalho positivo, abnegação e completo patriotismo.

A LUTA CONTINUA!
A VITÓRIA É CERTA!

LEI DA NACIONALIDADE

LEI DA NACIONALIDADE

ARTIGO 1.º

1. São cidadãos angolanos de pleno direito todos os indivíduos nascidos em Angola bem como os não naturais de Angola filhos de mãe ou de pai angolano.

2. Os maiores de 18 anos à data da publicação desta lei, não naturais de Angola, filhos de mãe ou de pai angolano, caso tenham adquirido nacionalidade estrangeira, deverão optar pela nacionalidade angolana.

3. Os indivíduos nascidos em Angola que não queiram manter a nacionalidade angolana deverão declarar através de documento escrito a sua renúncia. Essa declaração deverá ser feita até um ano após a proclamação da independência.

ARTIGO 2.º

1. Os menores de que um dos pais tenha ou adquira a nacionalidade angolana são cidadãos angolanos, de pleno direito, podendo, contudo, a partir dos 18 anos optar por outra nacionalidade.

2. Os menores nascidos em Angola cujos pais tenham renunciado ou perdido a cidadania angolana perderão por esse facto esta nacionalidade, mas poderão optar por ela quando perfizerem 18 anos.

3. Os menores nascidos em Angola, filhos de pais estrangeiros que estejam ao serviço do respectivo país, não são considerados angolanos.

ARTIGO 3.º

1. Poderão requerer a cidadania angolana os indivíduos que estejam radicados em Angola há mais de 10 anos.

2. Os não naturais de Angola casados com cidadãos angolanos poderão requerer esta cidadania se tiverem três anos de permanência em Angola.

ARTIGO 4.º

Será negada a cidadania angolana ou retirada a que tenha sido concedida por desconhecimento de factos que se integrem na injunção do presente artigo aos indivíduos que, singular ou colectivamente, cometerem crimes de homicídio contra a população civil angolana e aos que, pessoal e volutariamente tenham praticado actos de oposição à luta de libertação nacional, integrando ou prestando serviços a organizações repressivas do regime colonial e ainda aos que tenham integrado organizações clandestinas criadas com o fim de contrariar o processo de descolonização.

ARTIGO 5.º

Compete ao Ministério da Justiça decidir de pedidos de concessão de cidadania e das suas decisões cabe recurso hierárquico, a interpor no prazo de quinze dias, para o Governo.

ARTIGO 6.º

Serão considerados angolanos de pleno direito os naturais de Angola que, preenchendo ou não os requisitos referidos no artigo 3.º, hajam prestado relevantes serviços à luta de libertação nacional.

ARTIGO 7.º

Os casos omissos serão resolvidos pelo Conselho da Revolução ou por delegação deste, pelo Governo.


ARTIGO 8.º


O presente Diploma entra em vigor às zero horas do dia 11 de Novembro de 1975.

Aprovada por aclamação pelo «Comité» Central do Movimento Popular de Libertação de Angola, aos 10 de Novembro de 1975.

PUBLIQUE-SE.

António Agostinho Neto
Presidente do MPLA





ANGOLA AVANTE

Oh Pátria, nunca mais esqueceremos
os heróis do 4 de Fevereiro
oh Pátria, nós saudamos os teus filhos
tombados pela nossa Independência
honramos o passado e a nossa História
construimos no Trabalho o Homem novo

Honramos o passado e a nossa História
construindo no Trabalho o Homem novo
Angola, avante
Revolução pelo Poder Popular
Pátria Unida, Liberdade
um só Povo, uma só Nação

Angola, avante
Revolução pelo Poder Popular
Pátria Unida, Liberdade
um só Povo, uma só Nação

Levantemos nossas vozes libertadas
para glória dos povos africanos
Nascemos combatentes angolanos
solidários com os povos oprimidos
orgulhosos lutaremos pela Paz
com as forças progressistas do mundo

Orgulhosos lutaremos pela Paz
com as forças progressistas do mundo
Angola, avante
Revolução pelo Poder Popular
Pátria Unida, Liberdade
um só Povo, uma só Nação

LA PROCLAMATION DE L'INDÉPENDANCE

TEXTE DE LA PROCLAMATION DE L'INDÉPENDANCE

11 novembre 1975, zéro heures

Au nom du Peuple angolais, le Comité Central du Mouvement Populaire de Libération de l'Angola (MPLA) proclame solennellement, devant l'Afrique et le Monde, l'Indépendance de l'Angola.

En cette heure, le Peuple angolais et le Comité Central du MPLA observent une minute de silence et déterminent que vivent pour toujours les héros tombés pour l'Indépendance de la Patrie.

Correspondant aux aspirations les plus senties du Peuple, le MPLA déclare notre Pays constitué en République Populaire de l'Angola.

Pendant la période comprise entre la rencontre de Alvor et cette Proclamation, seul le MPLA n'a pas violé les accords signés.

Quant aux valets internes de l'impérialisme, il y a long temps que nous ne les reconnaissons plus comme mouvements de libération.

En ce qui concerne le Portugal, son non-respect des Accords de Alvor se manifeste, entre autres, par le fait qu'il ait toujours gardé le silence face à l'invasion dont notre pays est victime de la part d'armées régulières et de forces mercenaires. Cette invasion, déjà connue et divulguée dans le monde entier, n'a même pas mérité des commentaires de la part des autorités portugaises qui, en fait, n'ont exercé la souveraineté que dans les régions libérées par le MPLA. D'autre part notre Mouvement fait face, sur le terrain, à diverses forces réactionnaires qui intègrent une espèce de brigade internationale fasciste contre le Peuple angolais. Et dans cette alliance sont comprises des forces réactionnaires portugaises qui participent à l'invasion du Sud du Pays et que le Gouvernement portugais, non seulement n'a pas combattu, mais qu'il a tacitement légitimées par son silence et sa passivité.

Malgré la dénonciation faite depuis longtemps par le Peuple angolais et par toutes les forces progressistes du Monde, de la connivence entre les organisations fantoches et les armées d'invasion, le gouvernement portugais s'est entêté à les considérer comme des mouvements de libération, essayant de pousser le MPLA vers des solutions qui signifieraient une haute trahison envers le Peuple angolais.

Une fois de plus nous exprimons ici que notre lutte n'a pas été, et ne sera jamais, dirigée contre le peuple portugais. Bien au contraire, à partir de maintenant, nous pouvons cimenter des liens fraternels entre deux peuples que ont en commun des liens historiques, linguistiques et le même objectif: la liberté.

En décembre 1956, dans le Manifeste de sa fondaction, le MPLA marquait déjà son inébranlable détermination de lutter, par tous les moyens, pour l'indépendance complète de l'Angola, en affirmant: «Le colonialisme ne tombera pas sans lutte. C'est pourquoi le Peuple angolais ne pourra se libérer que par la guerre révolutionnaire. Et celle-ci ne sera victorieuse qu'avec la réalisation d'un front d'unité de toutes les forces anti-impérialistes de l'Angola qui ne soit pas lié à la couleur, à la situation sociale, aux croyances religieuses et aux tendances individuelles. Elle sera victorieuse grâce à la formation d'un vaste «MOUVEMENT POPULAIRE DE LIBÉRATION DE L'ANGOLA».

Comme force galvanisatrice et d'avant-garde de notre Peuple, le MPLA commence héroïquement, à l'aube du 4 fevrier 1961, l'insurrection générale armée du Peuple angolais contre la domination coloniale portugaise.

Le long chemin parcouru represente l'histoire heroïque d'un Peuple qui, sous l'orientation unitaire et correcte de son avant-garde et comptant uniquement sur ses propres forces, a décidé de combattre pour le droit d'être libre et indépendant.

Malgré la brutalité de l'oppression et la terreur imposée par le colonialisme dans le but d'asphyxier notre lutte, le Peuple, angolais, guidé par son avant-garde révolutionnaire, affirma d'une façon irréfutable sa personalité africaine et révolutionnaire.

Ayant pour principe l'unité de toutes les couches sociales angolaises autour de la ligne politique et de la formulation claire de ses objectifs, définissant correctement ses alliés, amis et ennemis, le Peuple angolais, sous la direction du MPLA, a enfin vaincu, le regime colonial portugais.

Avec la défaite du colonialisme et la reconnaissance de notre droit à l'indépendance, matérialisé en ce moment historique, le Programme Minimum du MPLA se trouve réalisé. Ainsi naît la jeune RÉPUBLIQUE POPULAIRE DE L'ANGOLA, expression de la volonté populaire et fruit du sacrifice grandiose des combattants de la libération nationale.

Cependant notre lutte n'est pas encore terminée. L'objectif est l'indépendance complète de notre Pays, la construction d'une société juste et d'un Homme nouveau.

La lutte que nous menons encore contre les valets de l'impérialisme, que nous ne nommons pas en ce moment pour ne pas noircir cet instant singulier de notre histoire, s'insère dans l'objectif d'expulser les envahisseurs étrangers, ceux-là même qui prétendent la néocolonisation de notre Pays.

Ainsi, la préoccupation fondamentale de notre État est donc de libérer totalement notre Pays et tout notre Peuple de l'opression étrangère.

En réalisant concrètement les aspirations des larges masses populaires, la République Populaire de l'Angola, sous l'orientation du MPLA, marche progressivemente vers un État de Démocratie Populaire. Ayant pour noyau l'alliance des ouvriers et des paysans, toutes les couches patriotiques seront unies contre l'impérialisme et ses agents, dans la lutte pour l'édification d'une société sans exploiteurs et sans exploités.

La force de la volonté populaire, la longue lutte armée et la défense intrasigeante des intérêts des couches les plus exploitées, ont consacré le MPLA comme le seul représentant du Peuple angolais et la force dirigeante de la République Populaire de l'Angola.

Les organes de l'État, dans la République Populaire de l'Angola, seront guidés par les directives supérieurs du MPLA, la primauté des structures du Mouvement sur celles de l'État se trouvant assurée.

Et le Mouvement lui-même ne pourra jamais être un organisme pétrifié. Doué d'une grande vitalité, et profondement lié à la dynamique de la révolution il se modifiera quantitativement et qualitativement jusqu'au grand bond qui le transformera en Parti, au sein d'un large, front révolutionnaire.

Avec la proclamation de la République Populaire de l'Angola, les FORCES ARMÉES POPULAIRES DE LIBÉRATION DE L'ANGOLA (FAPLA) sont institutionnalisées en Armée Nationale.

Les FAPLA, bras armé du Peuple, sous la ferme direction du MPLA, constituent une armée populaire dont l'objectif est la défense des intérêts des couches les plus exploitées de notre Peuple. Préparées dans la dure lutte de libération nationale contre le colonialisme portugais, et armées de la théorie révolutionnaire, elles restent un instrument fondamental dans la lutte anti-impérialiste.

Aux FAPLA, en tant que force libératrice de la République Populaire de l'Angola, revient la défense de l'intégrité territoriale du Pays et, en leur qualité d'armée populaire, la participation, aux côtés du Peuple, à la production, dans la grandiose tâche de la RECONSTRUCTION NATIONALE.

L'Angola est un pays sous-développé. Il nous faut avoir une profonde conscience de la signification et des conséquences de ce fait.

Les références traditionnellement utilisées pour définir le sousdéveloppement sont pleinement confirmées en Angola. Elles nous donnent l'image de la profonde misère du Peuple angolais. Mais dire que notre Pays est sousdéveloppé na suffit pas, il faut ajouter immédiatement que l'Angola est un pays exploité par l'impérialisme; qu'il gravite dans l'orbite de l'impérialisme.

Ces deux composantes conjuguées — le sous-développement et la dépendance — expliquent pour quelle raison l'economie de l'Angola est si profondement déséquilibrée, avec un secteur dit «traditionnel» à côte de secteurs de pointe et des régions en retard, entourant ce que l'on appelle des «pôles de développement». Mais expliquent aussi la cruauté de l'injustice des rapports sociaux.

Mettant un point final au colonialisme et en barrant décidémment la route au neocolonialisme le MPLA affirme, en ce moment solennel, sa ferme détermination de changer radicalement les structures actuelles, en deffinissant des à present, que l'objectif de la reconstruction économique sera la satisfaction des besoins du Peuple.

Nous avons un long chemin à parcourir. Il nous faudra faire fonctioner plein rendement la machine économique et administrative, combattre toute forme de parasitisme, éliminer progressivement les distortions entre les secteurs de l'économie, entre les régions du pays, édifier un État de Justice sociale. L'économie sera planifiée pour servir l'homme angolais et jamais l'impérialisme vorace. Elle sera orientée en permanence vers une autocentralisation, c'est à dire qu'elle sera réellement angolaise.

La lutte pour l'indépendance économique sera par conséquent, une constante de notre stratégie.

Ainsi, cohérente avec les lignes tracées, la République Populaire de l'Angola s'attachera de plus en plus à des projets d'industrialisation de nos propres matières premières et même à des projets d'industrie lourde.

Néanmoins, compte tenu du fait que l'Angola est un pays où la majorité de la population est paysanne, le MPLA décide de considérer l'agriculture comme la base et l'industrie comme le facteur décisif de notre progrès.

L'État angolais sera, de cette façon, capable de résoudre avec justice le grave problème des terres et promouvera la création de coopératives et d'entreprises d'état dans l'intérêt des masses paysannes.

Les activités, privées même les étrangères, du moment qu'elles sont utiles à l'économie de la Nation et aux intérêts du Peuple, seront protégées et encouragées en leur nom, tel qu'il est établi dans le Programme Majeur de notre Mouvement.

La République Populaire de l'Angola sera ouverte au Monde entier pour ce qui est des rapports économiques. Elle acceptera la coopération internationale, avec le préalable indiscutable que cette aide externe ne doit être ni conditionnée ni conditionnante. La longue histoire du MPLA démontre que, en tant que force dirigeante de la République Populaire de l'Angola, il ne trahira jamais le principe sacré de l'Indépendance nationale.

Nos relations internationales seront toujours définies par le principe de la réciprocité d'avantages.

La République Populaire de l'Angola attachera une attention spéciale à ses relations avec le Portugal et, parce qu'elle désire qu'elles soient durables, les établira sur une base nouvelle, dénouée de tout vestige colonial.

Le contentieux actuel avec le Portugal sera traité avec sérénité, de façon à ne pas envenimer nos relations futures.

Il est évident que, dans une première phase, notre économie se ressentira du manque de cadres. Pour répondre à cette carence, sera élaboré un plan accéléré de formation de cadres nationaux, en même temps que sera fait appel à la coopération internationale dans ce domaine. A tous les niveaux, nos écoles devront subir une restructuration radicale afin qu'elles puissent servir effectivement le Peuple et la reconstruction économique.

L'impérialisme ne désarme pas. Une fois le colonialisme vaincu, il prétend maintenant nous imposer un nouveau régime d'exploitation et d'oppression en nous imposant ses valets internes, dans une vaine tentative de détruire les conquêtes déjà obtenues par le Peuple.

La détermination révolutionnaire de notre Peuple de combattre l'exploitation de l'homme par l'homme, la contradiction antagonique qui nous sépare des ennemis, nous imposent une nouvelle guerre de libération qui prend la forme de Résistance Populaire Généralisée et qui sera poursuivie jusqu'à la victoire finale.

Dans ce contexte, la production, en tant que front de combat et condition de base, vitale pour l'avance de notre résistance, revêt une importance prépondérante. Et, afin de donner unité d'action à tout l'effort productif de notre Peuple, pour tirer le rendement maximal du travail des masses, pour que soit effectivement garanti l'appui aux glorieuses FAPLA, la République Populaire de l'Angola prendra toutes les mesures nécessaires pour faire face à la situation découlant de l'invasion de notre Pays.

La République Populaire de l'Angola réitère solennellement sa décision de lutter pour l'intégrité territoriale de l'Angola et de s'opposer à toute tentative de démembrement du Pays.

La République Populaire de l'Angola considère comme tâche prioritaire, vitale et inaliénable, l'expulsion des armées zaïroises, sud-africaines et des fascistes portugais, ainsi que celles des fantoches angolais et mercenaires de diverses origines, qui constituent les forces conjuguées de l'impérialisme dans l'agression à notre Pays.

Notre lutte anti-impérialiste, sous la forme de résistance, est l'expression d'une contradiction de classes irréductible, que oppose les intérêts de notre Peuple à ceux de l'imperialisme international. Cependant les contradictions existant au sein du Peuple, entre les diverses classes et groupes sociaux anti-imperialistes, appartiennent à la categorie des contradictions secondaires et doivent être resolues comme telles

La République Populaire de l'Angola se propose de dynamiser et d'appuyer l'instauration du pouvoir populaire à l'échelle nationale. Les masses laborieuses exerceront ainsi le pouvoir à tous les échelons, seule garantie de la formation de l'homme nouveau et du triomphe de notre révolution.

La République Populaire de l'Angola considère comme un devoir patriotique, inaliénable et d'honneur l'assistance privilégiée et la protection spéciale aux orphelins de guerre, aux diminués et mutilés de guerre, à cause des sacrifices consentis dans la lutte de libération nationale.

Elle emploiera toutes ses efforts dans le sens de l'intégration complète dans la société de toutes les victimes de la guerre de libération nationale.

La République Populaire de l'Angola réaffirmera son intention inébranlable de conduire un combat vigoureux contre l'analphabétisme dans tout le Pays, de promouvoir et de diffuser une éducation libre, enracinée dans la culture du Peuple angolais.

L'État mettra tout en oeuvre pour instituer, à l'échelle nationale, une assistance médicale et sanitaire efficace, dirigée fondamentalement vers les masses paysannes, jusqu'à présent privées de ce droit par le colonialisme.

Une préocupation dominante du nouvel État sera aussi l'abolition de toutes les dicriminations de sexe, d'âge d'origine ethnique ou raciale, de croyance religieuse et l'institution rigoureuse du juste principe: «A travail égal, salaire égal».

La République Populaire de l'Angola, sous la juste orientation du MPLA, stimulera de processus d'émancipation de la femme angolaise, droit conquis par sa participation à la lutte de libération nationalle et dans la production pour la résistance généralisée de notre Peuple.

La République Populaire de l'Angola s'affirme en tant qu'État laïc avec une séparation complète de l'Église de l'État, en respectant toutes les religions et en protégeant les églises, les lieux et objets de culte et institutions légalement reconnues.

La République Populaire de l'Angola, consciente de son importance et des responsabilités qui lui échouent le contexte de l'Afrique australe et du Monde, reitère sa solidarité envers tous les Peuples opprimés du Monde, en particulier envers les Peuples du Zimbabwe et de la Namibie.

Le Peuple de l'Angola, sous l'orientation de son avant-garde révolutionnaire, le MPLA, exprime sa solidarité militante envers le Peuple de l'Afrique du Sud dans sa lutte contre le régime raciste qui l'opprime.

Il réaffirme sa solidarité combattante et militante envers les Peuples du Mozambique, Guiné Bissau, Cap Vert et São Tomé et Principe et envers leurs avant-gardes révolutionnaires, le FRELIMO, le PAIGC et le MLSTP, nos compagnons aux heures difficiles de notre lutte commune.

Il réaffirme sa solidarité militante et combattante envers le Peuple de Timor, dirigé par son avant-garde révolutionnaire, le FRETILIN.

Il réaffirme sa solidarité envers le Peuple palestinien, dans sa juste lutte pour ses droits nationaux et contre le sionisme.

A l'heure de son Indépendance nationale, le MPLA et le Peuple angolais remercient avec émotion l'aide accordée par tous les Peuples et pays amis à notre lutte héroïque de libération nationale. Nos remerciements s'adressent à tous les Peuples et pays africains qui ont été avec nous, aux pays socialistes, aux forces révolutionnaires portugaises, aux organisations progressistes et aux gouvernements des pays occidentaux qui ont su comprendre et appuyer la lutte du Peuple angolais.

La République Populaire de l'Angola, souveraine, maintiendra des relations diplomatiques avec tous les les pays du Monde, sur la base des principes du respect mutuel de la souveraineté nationale, de la non ingérence, du respect de l'intégrité territoriale, de la non agression, de l'égalité et réciprocité d'avantages et de la coexistence pacifique.

La République Populaire de l'Angola, État africain, libre et independante, exprime son adhesion aux principes de la Charte de l'Organisation de l'Unite Africaine et de la Charte de l'Organisation des Nations Unies.

La poltique externe de la République Populaire de l'Angola, basée sur les principes de totale indépendance, depuis toujours suivis par le MPLA, sera de non alignement.

La République Populaire de l'Angola saura respecter ses engagements internationaux et respectera les voies de communication internationales qui utilisent son territoire.

La République Populaire de l'Angola, pays engagé dans la lutte anti--impérialiste, aura pour alliés naturels les pays africains, les pays socialistes et toutes les forces progressistes du Monde.

Compatriotes, camarades!

Au moment où le Peuple angolais se couvre de gloire par la victoire du sacrifice de ses meilleurs fils, nous saluons en la République Populaire de l'Angola, notre premier État, la libération de notre chère Patrie.

Du Cabinda au Cunene, unis par le sentiment comum de Patrie, cimentés par le sang versé pour la liberté, nous rendons honneur aux héros tombés dans la longue résistance de cinq siècles, et nous serons dignes de leur exemple.

Nous respectons les caractéristiques de chaque région, de chaque noyau populationnel de notre Pays, parce que tous, de la même façon, nous avons offert à la Patrie le sacrifice exigé pour qu'elle vive.

Le drapeau qui flotte aujourd'hui est le symbole de la liberté, fruit du sang, de l'ardeur et des larmes et de l'amour dévoué du Peuple angolais.

Unis du Cabinda au Cunene, nous poursuivrons, avec viguer, la Résistance Populaire Généralisée et construirons notre ÉTAT DÉMOCRATIQUE ET POPULAIRE!

HONNEUR AU PEUPLE ANGOLAIS

GLOIRE ETERNELLE A NOS HÉROS

LA LUTTE CONTINUE

LA VICTOIRE EST CERTAINE

LOI CONSTITUTIONNELLE

LOI CONSTITUTIONNELLE DE LA RÉPUBLIQUE POPULAIRE DE L'ANGOLA

TITRE I

Principes Fondamentaux

ARTICLE 1.

La République Populaire de l'Angola est un État souverain, independant et démocratique, dont le premier objectif est la libération totale du Peuple Angolais des vestiges du colonialisme, de la domination et de l'agression de l'impérialisme et la construction d'un pays prospère et démocratique, complètement libre de toute forme d'exploitation de l'homme par l'homme, matérialisant les aspirations des masses populaires.

ARTICLE 2.

Toute la souveraineté réside dans le Peuple angolais. Au MPLA, son légitime représentant, constitué par un large front qui intègre toutes les forces patriotiques engagées dans la lutte anti-impérialiste, revient la direction politique, économique et sociale de la Nation.

ARTICLE 3.

Aux masses populaires est garantie une large et effective participation à l'exercice du pouvoir politique, par la consolidation, l'élargissement et le développement des formes organisatives du pouvoir populaire.

ARTICLE 4.

La République Populaire de l'Angola est un État unitaire et indivisible, dont le territoire, inviolable et inaliénable, est celui défini par les actuelles limites géographiques de l'Angola, toute tentative séparatiste ou de démembrement de son territoire étant énergiquement combattue.

ARTICLE 5.

La solidarité économique, sociale et culturelle entre toutes les régions de la République Populaire de l'Angola sera promue et intensifiée, dans le sens du développement commum de toute la Nation angolaise et de la liquidation des sequelles du régionalisme et du tribalisme.

ARTICLE 6.

Les Forces Armées Populaires de Libération de l'Angola (FAPLA), bras armé du Peuple, sous la direction du MPLA et ayant pour Commandant en Chef son Président, sont institutionalisées en tant que armée nationale de la République Populaire de l'Angola, et leur revient la défense de l'intégrité territoriale de la Patrie et la participation, aux côtés du Peuple, à la production et, par conséquent, à la Reconstruction Nationale.
Le Commandant en Chef des Forces Armées Populaires de Libération (FAPLA), nomme et démet les responsables militaires à l'échelon supérieur.

ARTICLE 7.

La République Populaire de l'Angola est un État laic, la séparation entre l'État et les institutions réligieuses étant complete. Toutes les religions seront respectées et l'État donnera protection aux églises, aux lieux et aux objects de culte, du moment qu'elles se conforment aux lois de l'État.

ARTICLE 8.

La République Populaire de l'Angola considère l'agriculture comme base et l'industrie comme facteur décisif de son développement. L'État oriente et planifie l'économie nationale, visant au développement systématique et harmonieux de toutes les ressources naturelles et humaines du pays et à l'utilisation de la richesse au profit du Peuple angolais.

ARTICLE 9.

La République Populaire de l'Angola promouvera l'instauration de relations sociales justes dans tous les secteurs de la production, en activant et développant le secteur public et en fomentant les formes coopératives. A la République Populaire de l'Angola revient, très spécialement, la résolution du problème des terres, dans l'intérêt des masses paysannes.

ARTICLE 10.

La République Populaire de l'Angola reconnait, protege et garantit les activités et la propriété privées, mêmes celles des etrangers, du moment qu'elles sont utiles à l'économie du pays et aux intérêts du Peuple angolais,

ARTICLE 11.

Toutes les ressources naturelles existant dans le sol et le sous sol, les eaux territoriales, le plateau continental et l'espace aérien sont la propriété de l'État, qui déterminera des conditions de leur mise à profit et de leur utilisation.

ARTICLE 12.

Le systeme fiscal sera orienté par le principe de la tributation progressive des impôts directs, aucun privilege en matiere fiscale n'étant permis.

ARTICLE 13.

La République Populaire de l'Angola combat énergiquement l'analphabétisme et l'obscurantisme et promeut le développement d'une éducation au service du Peuple et d'une véritable culture nationale, enrichie par les conquêtes culturelles révolutionnaires des autres Peuples.

ARTICLE 14.

La République Populaire de l'Angola respecte et applique les principes de la Charte de l'Organisation des Nations Unies et de la Charte de l'Organisation de l'Unité Africaine et établira des rapports d'amitié et de coopération avec tous les États, sur la base du respect mutuel de la souveraineté et l'intégrité territoriale, l'égalité, la non-ingérence dans les affaires internes de chaque pays et la réciprocité de bénéfices.

ARTICLE 15.

La République Populaire de l'Angola appuie et est solidaire avec la lutte des Peuples pour leur libération nationale, et établira des relations d'amitié et de coopération avec toutes les forces démocratiques et progressistes du monde.

ARTICLE 16.

La République Populaire de l'Angola n'adhère à aucune organisation militaire internationale, ni ne permet l'installation de bases militaires étrangères sur le territoire national.

TITRE II

Droits et Devoirs Fondamentaux

ARTICLE 17.

L'État respect et protège la personne et la dignité humaines. Tout citoyen a droit au libre développement de sa personnalité, dans le respect dû aux droits des autres citoyens ou aux intérêts supérieurs du Peuple angolais. La loi protègera la vie, la liberté, l'intégrité personnelle, le renom et la réputation de chaque citoyen.

ARTICLE 18.

Tous les citoyens, sont égaux devant la loi, jouissent des mêmes droits et sont soumis aux mêmes devoirs, sans distinction de couleur, de race, d'ethnie, de sexe, de lieu de naissance, de religion, de degré d'instruction, de condition économique ou sociale.

La loi punira sévèrement tous les actes qui visent à porter préjudice à l'harmonie sociale ou à créer des discriminations et des privilèges en se basant sur ces facteurs.

ARTICLE 19.

Participer à la défense de l'intégrité territoriale du pays et défendre et élargir les conquêtes révolutionnaires, sont le droit et le devoir les plus hauts et indéclinables de chaque citoyen de la République Populaire de l'Angola.

ARTICLE 20.

Tous les citoyens majeurs de 18 ans, à l'exception de ceux légalement privés des droits politiques, ont le droit et le devoir de participer activement à la vie publique, en votant et en étant élus ou nommés à tout organe de l'État, et en accomplissant leurs mandats avec un dévouement complet à la cause de la Patrie et du Peuple angolais.

ARTICLE 21.

Tout citoyen élu a le devoir de rendre compte de l'exercice de son mandat devant les électeurs qui l'ont choisi et qui ont le droit de, à tout moment, révoquer fondamentalement le mandat accordé.

ARTICLE 22.

Dans le cadre de la réalisation des objectifs fondamentaux de la République Populaire de l'Angola, la loi assurera la liberté d'expression, de réunion et d'association.

ARTICLE 23.

Aucun citoyen ne peut être arrêté et soumis à jugement que dans les termes de la loi; à tout accusé est garanti le droit de défense.

ARTICLE 24.

La République Populaire de l'Angola garantit les libertés individuelles, notamment l'inviolabilité du domicile et le secret de la correspondance, dans les limites spécialement prévues par la loi.

ARTICLE 25.

La liberté de conscience et de croyance est inviolable. La République Populaire de l'Angola reconnait l'égalité de tous les cultes, et garantit leur exercice, lorsque compatibles avec l'ordre public et l'intérêt national.

ARTICLE 26.

Le travail est un droit et un devoir de tous les citoyens, chacun devant produire selon sa capacité et être rémunéré en accord avec son travail.

ARTICLE 27.

L'État promouvera les mesures nécessaires pour assurer aux citoyens le droit à l'assistance médicale et sanitaire, ainsi que le droit, à l'assistance pendant l'enfance, la maternité, l'invalidité, la vieillesse et en toute situation d'incapacité au travail.

ARTICLE 28.

Les combattants de la guerre de libération nationale, qui sont restés diminués dans leurs capacités et les familles des combattants morts dans la lutte ont, par devoir d'honneur de la République Populaire de l'Angola, droit à une protection spéciale.

ARTICLE 29.

La République Populaire de l'Angola promeut et garantit l'accès de tous les citoyens à l'instruction et à la culture.

ARTICLE 30.

La République Populaire de l'Angola doit créer les conditions politiques, économiques et culturelles nécessaires afin que les citoyens puissent jouir effectivement de leurs droits et accomplir intégralement leurs devoirs.

TITRE III

Des organes de l'État

Chapitre I

PRÉSIDENT DE LA RÉPUBLIQUE

ARTICLE 31.

Le Président de la République Populaire de l'Angola est le Président du MPLA.

Le Président de la République, en tant que Chef de l'État, représente la Nation angolaise.

ARTICLE 32.

Le Président de la République a les compétences spécifiques suivantes:

a) Présider le Conseil de la Révolution et orienter ses travaux;

b) Investir le Gouvernement nommé par le Conseil de la Révolution;

c) Déclarer la guerre et faire la paix, avec l'autorisation préalable du Conseil de la Révolution;

d) Investir les Commissaires provinciaux, nommés par le Conseil de la Révolution, sous l'indication du MPLA;

e) Signer, promulguer et faire publier les lois du Conseil de la Révolution, les décrets du Gouvernement et les décrets réglementaires des Ministres;

f) Diriger la défense nationale;

g) Gracier et commuer les peines;

h) Indiquer, parmi les membres du Conseil de la Révolution, celui qui le remplacera pendant ses absences ou des empêchements temporaires;

i) Exercer toute autre fonction qui lui soit conférée par le Conseil de la Révolution.

ARTICLE 33.

En cas de mort, renoncement ou empêchement permanent du Président de la République, le Conseil de la Révolution désignera, parmi ses membres, celui qui exercera provisoirement la fonction de Président de la République.

Chapitre II

ASSEMBLÉE DU PEUPLE

ARTICLE 34.

L'Assemblée du Peuple est l'organe suprême de l'État, dans la République Populaire de l'Angola.

Une loi spéciale déterminera sa composition et son système d'élection, ainsi que sa compétence et son fonctionnement.

Chapitre III

CONSEIL DE LA RÉVOLUTION

ARTICLE 35.

Tant que la totale libération du territoire national ne se vérifie pas et tant que ne sont pas remplies les conditions pour l'institution de l'Assemblée du Peuple, l'organe suprême du pouvoir de l'État est le Conseil de la Révolution.

ARTICLE 36.

Le Conseil de la Révolution est constitué par:

a) Les membres du Bureau Politique du MPLA;
b) Les membres de l'État Major Général des FAPLA;
c) Les membres du Gouvernement désignés à cet effect par le MPLA;
d) Les Commissaires provinciaux;
e) Les Chefs des États Majors et les Commissaires Politiques des fronts militaires.

ARTICLE 37.

Le Conseil de la Révolution est présidé par le Président de la République.

ARTICLE 38.

Le Conseil de la Revolution a les attributions suivantes:

a) Exercer la fonction législative, qu'il pourra déléguer au Gouvernement;
b) Définir et orienter la politique interne et externe du pays;
c) Approuver le Budget général de l'État e le Plan économique élaborés par le Gouvernement;
d) Nommer et exhonérer le Premier Ministre et les autres membres du Gouvernement, sous l'ndication du MPLA;
e) Nommer et exhonérer les Commissaires provinciaux, sous l'indication du MPLA;
f) Autoriser le Président de la République à déclarer la guerre et à faire la paix;
g) Decréter l'état de siège ou l'état d'urgence;
h) Decréter des amnisties.

Chapitre IV

GOUVERNEMENT

ARTICLE 39.

Le Gouvernement est constitué par le Premier Ministre, par les Ministres et par les Secrétaires d'État.
Le Gouvernement est présidé par le Premier Ministre.

ARTICLE 40.

Il revient au Gouvernement, en tant qu'organe exécutif, de conduire la politique interne et externe de l'État, sous l'orientation du Conseil de la Révolution et du Président de la République et de superviser l'administration publique dans son ensemble.

ARTICLE 41.

Les attributions du Gouvernement sont, spécialement:

a) Garantir la sécurité des personnes et des biens;
b) Elaborer le budget général de l'État et l'exécuter, après approbation du Conseil de la Révolution;
c) Elaborer le plan économique et l'exécuter, après approbation du Conseil de la Révolution.

ARTICLE 42.

Le Gouvernement pourra exercer, par décret, toute fonction législative qui lui soit déléguée par le Conseil de la Révolution. Il appartient aux Ministres de réglementer les lois du Conseil de la Révolution et les décrets du Gouvernement.

ARTICLE 43.

Le Gouvernement pourra réunir, dans son ensemble ou en partie, avec le Conseil de la Révolution, chaque fois que celui-ci le déterminera.

Chapitre V

TRIBUNAUX

ARTICLE 44.

Il revient aux Tribunaux, exclusivement, l'exercice de la fonction juridictionnelle, visant à la réalisation d'une justice démocratique.
L'organisation, la composition et la compétence des Tribunaux seront déterminés par Loi.

ARTICLE 45.

Dans l'exercice de leurs fonctions, les Juges sont indépendants.

Chapitre VI

ORGANISATION ADMINISTRATIVE ET CORPS ADMINISTRATIFS

ARTICLE 46.

La République Populaire de l'Angola se divise administrativement en Provinces, Conseils, Communes, Cercles, Quartiers et Bourgs.

ARTICLE 47.

L'administration locale s'oriente selon les principes conjugués de l'unité, de la décentralisation et de l'initiative locale.

ARTICLE 48.

Le Commissaire Provincial est le représentant direct du Conseil de la Révolution et du Gouvernement dans la Province.

Le Gouvernement est représenté dans le Conseil par le Commissaire Local, dans la Commune par le Commissaire de Commune et dans le Cercle par le Délégué, lesquels sont nommés sous l'indication du MPLA.

ARTICLE 49.

Dans chaque Province il y a une Commission Provinciale qui est présidée par le Commissaire Provincial et qui a une fonction législative en toute matière d'intérêt exclusif pour la Province.

ARTICLE 50.

Les Corps Administratifs du Conseil, de la Commune, du Quartier et du Bourg sont, respectivement, la Municipalité, la Comission Communale et la Commission Populaire de Quartier ou de Bourg

ARTICLE 51.

Les autarchies locales ont personnalité juridique et jouissent d'autonomie administrative et financière.

ARTICLE 52.

La structure et la compétence des Corps Administratifs et des autres organes de l'administration locale seront fixés par loi.

TITRE IV

Symboles de la République Populaire de l'Angola

ARTICLE 53.

Les symboles de la République Populaire de l'Angola sont le DRAPEAU, l'INSIGNE et l'HYMNE.

ARTICLE 54.

Le drapeau national a deux couleurs disposées en deux bandes horizontables. La bande supérieure est de coleur rouge et la bande inférieure est de couleur noire. Elles représentent:

Le rouge: le sang versé par les Angolais pendant l'oppression coloniale, la lutte de libération nationale et la révolution;

Le noir: le continent africain.

Au centre se trouve une composition constitué par une section d'une roue dentée, symbole de la classe ouvrière et de la production industrielle; par une machette, symbole de la classe paysanne, de la production agricole et du début de la lutte armée; et par une étoile, symbole de l'internationalisme et du progrès.

La roue dentée, la machette et l'étoile sont de couleur jaune, qui représente les richesses du pays.

ARTICLE 55.

L'insigne de la République Populaire de l'Angola est formée par une section de roue dentée et par un feuillage de maïs, café et coton, représentant respectivement la classe ouvrière et la production industrielle, la classe paysanne et la production agricole.

A la base de l'ensemble se trouve un livre ouvert, symbole de l'éducation et de la culture et un soleil naissant, qui signifie le pays nouveau. Au centre se trouve une machette et une houe, qui symbolisent

le travail et le début de la lutte armée. Au sommet se trouve l'étoile, symbole de l'internationalisme et du progrès.

A la partie inférieure de l'emblème se trouve un ruban doré avec l'inscription: «République Populaire de l'Angola».

ARTICLE 56.

L'hymne nationale est «ANGOLA, EN AVANT!».

TITRE V

Dispositions finales et transitoires

ARTICLE 57.

Jusqu'à la création de l'Assemblée ayant des pouvoirs constituants, la modification de la présente Loi Constitutionnelle ne pourra être faite que par le Comité Central du MPLA.

ARTICLE 58.

Les lois et règlements actuellement en vigueur sont applicables tant qu'ils ne seront pas révoqués ou altérés et tant qu'ils ne contrarient pas l'esprit de la présente Loi et le processus révolutionnaire angolais.

ARTICLE 59.

Tous les traités, accords et alliances par lesquels le Portugal a engagé l'Angola et qui portent atteinte aux intérêts du Peuple angolais, seront revus.

ARTICLE 60.

Le présent diplôme entre en vigueur le 11 novembre 1975, à zéro heures.

Approuvé par acclamation par le Comité Central du Mouvement Populaire de Libération de l'Angola, le 10 novembre 1975.

António Agostinho Neto, Président du M.P.L.A.

DISCOURS D'INVESTITURE
DU
PRÉSIDENT DE LA RÉPUBLIQUE

DISCOURS D'INVESTIDURE DU PRÉSIDENT DE LA RÉPUBLIQUE

PRONONCÉ PAR LE CAMARADE LÚCIO LARA, AU NOM DU COMITÉ CENTRAL DU M. P. L. A.

Quelques heures après la proclamation de la République Populaire de l'Angola, le Comité Central du MPLA s'acquite de l'honorable responsabilité de doter notre jeune Patrie indépendante d'un Chef capable s'assurer la continuité de la lutte de notre Peuple pour sa libération complète, pour le pouvoir populaire, pour la liquidation de nos ennemis, pour la satisfaction des aspirations des classes les plus exploitées.

Les invasions dont notre Peuple fut l'objet, au Nord et au Sud, et depuis peu de nouvelles tentatives dans la province de Cabinda, la guerre d'agression que nous mène l'impérialisme et ses valets, imposent qu'à la tête des destinées de la Patrie le MPLA place un fils du Peuple, militant trempé dans les heures difficiles de la clandestinité, des prisons, de la guerre de libération et dans le combat contre les manoeuvres machiavéliques qui, le long des années, furent menées contre le MPLA et contre le Peuple angolais.

Cette responsabilité, ainsi que la responsabilité de la Proclamation de la République, le MPLA l'a assumée de plein droit, à travers son Comité Central.

De plein droit parce que, depuis sa fondation en 1956, le Mouvement Populaire de Libération de l'Angola a clairement défini la ligne à suivre dans le combat à mener pour la liberté et l'unité du Peuple, contre le colonialisme et l'impérialisme.

Et au long de ces presque deux décades d'existance, combattant sans relâche tous les ennemis, renversant l'un après l'autre les difficiles obstacles d'ordre politique, militaire, social et même géographique, le glorieux MPLA

a réussi à rester fidèle aux principes du Manifeste de 1956, dans la défense d'une ligne vraiment révolutionnaire, populaire, indépendante et anti-impérialiste, ne se pliant jamais à aucun dessein contre l'intérêt et la dignité de notre Peuple.

En sont la preuve les historiques journées du 4 février 1961, en est la preuve la réponse hautaine donnée par le MPLA à l'Afrique qui, en 1963, était tombée dans le piège impérialiste en reconnaissant un gouvernement fantoche en exil, reconnaissance que l'OUA dut répudier trois ans plus tard.

En sont la preuve les victoires accumulées par notre Peuple, guidé par le MPLA, d'abord contre le colonialisme portugais et maintenant contre l'ennemi interne et les agresseurs étrangers.

Dans le long et difficile chemin de la lutte de libération, le MPLA a ainsi gagne la confiance de tous les patriotes qui croient en une Angola unie et prospère.

Aux moments dramatiques qui ont succede à la signature d'un cesser le feu avec le Gouvernement portugais, lorsque les organisations fantoches mendiaient des alliances indignes aux plus féroces ennemis de l'Angola et de l'Afrique, le MPLA reste la seule force patriotique qui, avec les FAPLA, son bras armé, s'oppose la tête haute et dans une ligne politique correcte à tous les ennemis, ne refusant pas à cette fin la solidarité internationale de ceux qui nous ont appuyé au cours des quatorze années de lutte armée.

C'est donc, en accord avec le droit qui lui revient, par la position révolutionnaire intransigente qu'il a toujours assumée, que le MPLA, à travers son Comité Central, a choisi pour présider aux destinées de la République Populaire de l'Angola, son militant le plus illustre, le camarade Président Docteur Agostinho Neto.

Sa forte personnalité de combattant de l'indépendance s'est imposée très tôt à tout le Peuple. Déjà au temps où, encore en Angola, il se préparait à arracher une qualification universitaire, avec laquelle il pourrait servir le Peuple, le camarade Président Agostinho Neto a dirigé de nombreux groupes de militants clandestins de l'indépendance.

Dans les années cinquante, le camarade Président Docteur Agostinho Neto, déjà à l'Université, continue à diriger le combat des étudiants révolutionnaires des colonies portugaises, se qui lui a valu quelques emprisonnements et des humiliations de la part de la vigilante police politique portugaise.

Pour le libérer des geôles de la PIDE, des personnalités des cinq continents luttèrent dans une première manifestation de solidarité internationaliste qui a beaucoup contribué à rendre connue dans le monde la lutte encore ignorée de notre Peuple pour la liberté.

C'est à cette époque d'ailleurs que datent quelques uns des poèmes les plus significatifs créés par l'inspiration révolutionnaire du camarade

Président qui, de retour en Angola en 1959, serait à nouveau arrêté, ensemble avec de nombreux patriotes et déporté plus tard au Cap Vert.

C'est à cette époque qu'il est désigné Président d'Honneur du MPLA, distinction qu'il a su assumer avec dignité et courage, face aux sbires qui l'entouraient.

En 1962, il a réussi à échapper aux mains de la PIDE et a participé à la première Conférence Nationale du MPLA qui l'a élu Président du MPLA, fonction qui devrait être confirmée à toutes les réunions majeures convoquées par la suite par notre Mouvement.

Toujours préoccupé avec la satisfaction des besoins des masses laborieuses, le camarade Président s'est imposé chaque fois davantage à l'estime et à l'admiration de notre Peuple, qui ne cesse de lui témoigner à chaque occasion, sa tendresse et sa confiance inébranlable.

Les manifestations grandioses et enthousiastes qui lui ont été témoignées dans tous les points de l'Angola qu'il a pu parcourir, sont bien la preuve que le Peuple angolais patriote a choisi pour son Chef celui qui a sû défendre fermemente sans lâcheté et sans démagogie, ses droits legitimes.

Le Comité Central du MPLA matérialise le sentiment profond des masses laborieuses et de tous les patriotes angolais en investissant le camarade Agostinho Neto, Président du MPLA, dans les fonctions de Président de la République Populaire de l'Angola.

COMPROMIS D'HONNEUR

PRONONCÉ PAR LE PRÉSIDENT DE LA RÉPUBLIQUE

COMPROMIS D'HONNEUR PRONONCÉ PAR LE PRÉSIDENT DE LA RÉPUBLIQUE POPULAIRE DE L'ANGOLA

DEVANT LE COMITÉ CENTRAL DU MOUVEMENT POPULAIRE DE LIBÉRATION DE L'ANGOLA, FACE À LA MÉMOIRE DES PATRIOTES TOMBÉS DANS LA LUTTE DE LIBÉRATION NATIONALE, FACE AU PEUPLE ANGOLAIS ET EN PARTICULIER À CEUX DE SES ENFANTS QUI, SUR LES DIVERS FRONTS DE BATAILLE EMPECHENT L'ENNEMI DE DÉTRUIRE LES CONQUÊTES DÉJÀ OBTENUES, JE JURE DE RESPECTER ET DE FAIRE EXÉCUTER LA LOI CONSTITUTIONNELLE ET LES LOIS QUI RÉGIRONT LE PAYS INDÉPENDANT, JE JURE DE DÉFENDRE AVEC TOUTES MES FORCES L'INDÉPENDANCE, LA SOUVERAINETÉ ET L'UNITÉ DE LA NATION ET L'INTÉGRITÉ DU SOL DE LA PATRIE, JE JURE DE POURSUIVRE LA LUTTE POUR LA RÉALISATION DU PROGRAMME DU MPLA, DANS LE BUT DE SATISFAIRE LES LÉGITIMES ASPIRATIONS DE NOTRE PEUPLE ET EN PARTICULIER CELLES DES COUCHES LES PLUS EXPLOITÉES.

DISCOURS

DU

CAMARADE LOPO DO NASCIMENTO

DISCOURS DU CAMARADE LOPO DO NASCIMENTO PREMIER MINISTRE DE LA RÉPUBLIQUE POPULAIRE DE L'ANGOLA

LORS DE L'INVESTITURE DE SON GOUVERNEMENT — le 14. 11. 75

Camarade Président,
Camarades,
Mesdames, Messieurs.

La République Populaire de l'Angola naît en des conditions particulièrement dificiles. L'agression impérialiste, alliée aux méfaits hérités du colonialisme, exige, de la part de notre Peuple, une volonté de fer, un énorme esprit de sacrifice.

La guerre de résistance peut durer encore plusieurs années, nos villes pourront être détruites, beaucoup de nos camarades mourront, mais nous ne nous laisserons pas intimider. A la violence réactionnaire et mercenaire, nous répondrons par l'implacable violence révolutionnaire du Peuple en armes; nous saurons être dignes des quatorze années de lutte contre le colonialisme et saurons honorer la mémoire des héros tombés dans le combat contre l'oppression.

Nous sommes conscients de nos responsabilités envers tous les Peuples opprimés, du caractère exemplaire et déterminant de notre lutte pour la victoire des exploités contre les exploiteurs, partout dans le Monde et en particulier en Afrique australe.

Nos savons que nous devrons compter essentiellement sur nos propres forces et nous nous efforcerons pour obtenir l'approbation et l'aide de nos alliés naturels, ainsi que celles des forces progressistes qui, partout dans le Monde, mènent le même combat contre l'impérialisme et l'exploitation.

Guidé par son avant-garde, le MPLA, le Peuple angolais est la force décisive qui transformera cette société.

En Angola indépendante, comme l'a affirmé le camarade Président, les organes de l'État devront être dirigés et contrôlés par le MPLA, auquel revient l'orientation politique dans tous les secteurs de la vie nationale, dans la politique, dans l'économie, dans la défense et dans la vie sociale.

Le Gouvernement, en tant qu'organe exécutif de l'État, devra soumettre toute son activité aux directives issues des organes dirigeants de notre Mouvement.

Cette acceptation du rôle dirigeant du Mouvement au niveau de tout l'appareil de l'État n'est pas seulement théorique. Aux membres du Gouvernement, investis en ce moment, revient la responsabilité de respecter dans la pratique le rôle dirigeant du Mouvement, en se soumettant inconditionnellement aux principes de la discipline révolutionnaire.

Tous les militants du MPLA, affectés à l'appareil de l'État, devront garder à l'esprit qu'ils sont avant tout militants du Mouvement, qu'ls doivent être au service des masses populaires et liés à elles et nous ne pourrons pas devenir des super bureaucrates, isolés du Mouvement et du Peuple, sous peine de trahir les objectifs de notre lutte. Il faudra donc transformer les structures de l'appareil de l'État colonial, en rendant effectif le droit du Peuple à participer de la gestion de l'État, à travers les organes du pouvoir populaire, en transformant les travailleurs de la fonction publique en combattants de l'arrière, armés d'une idéologie révolutionnaire qui leur donne conscience de leur condition de privilégiés par rapport aux masses ouvrières et paysannes, dont les intérêts doivent être défendus avec intransigeance. Pour ce faire il est nécessaire, au niveau de l'Administration publique, de considérer l'esprit collectif et de sacrifice, combattre l'opportunisme et le parasitisme, lutter contre la corruption, le favoritisme et le gaspillage et augmenter la productivité.

Notre pays, bien que potentiellement riche, est un pays exploité et en guerre. Il est donc, en ce moment, un pays pauvre parce que nos richesses ne sont pas convenablement mises à profit ni mises au service des masses ouvrières et paysannes.

Ceci est dû au fait que, non seulement nous avons hérité une situation de dépendance économique du grand capital international, mais que aussi, notre économie est pratiquement détruite par la guerre et par le sabotage économique des capitalistes coloniaux que, à la veille de leur départ se sont livrés au pillage et à la déprédation de l'appareil productif national. Nous devons ajouter à ceci le départ massif de techniciens dont le remplacement est difficile, puisque le colonialisme, pour maintenir et augmenter notre dépendance économique, a toujours empêché la formation de cadres nationaux.

Cette situation de pauvreté impose que, d'après le principe défini par le camarade Président, selon lequel l'agriculture est la base du développement économique et l'industrie son facteur dynamisateur, soit tâche prioritaire du Gouvernement, au niveau économique, lancer les bases matérielles et techniques d'une économie de resistance, planifiée, democratique et populaire, qui permette d'assurer la défence nationale et l'amélioration des conditions de vie de notre Peuple.

Ainsi le Gouvernement devra:

— Concentrer tous les efforts dans le sens de l'augmentation de la production de biens agricoles et industriels, essentiels à la satisfaction des besoins des forces armées et de la population.

— Créer et consolider des formes collectives de production, par le biais de l'appui aux cooperatives et autres organes populaires du pouvoir économique, ainsi que créer des conditions pour que les masses laborieuses assument leur rôle de direction, en matérialisant le principe selon lequel le pouvoir populaire n'est réel que s'il naît de la production.

— Créer des réserves stratégiques qui garantissent le revitaillement en biens essentiels à la défense nationale et au développement des forces productives.

— Promouvoir la lutte contre la bureaucratie, contre les dépenses superflues et le pillage des ressources économiques du pays, dans le cadre d'une politique de rigide austérité.

— Créer les conditions propres à l'autosuffisance économique des provinces, en développant en chaque région la production agricole et industrielle des biens essentiels à la résistance, afin que soit assurée la satisfaction des besoins des forces armées et de la population.

— Structurer les circuits commerciaux, de façon à éliminer les interférences parasitaires, l'accaparement, la spéculation et autres formes d'exploitation, en garantissant le contrôle de ces circuits par les masses laborieuses.

— Mobiliser tout notre Peuple pour les tâches de la production, en combattant le chômage et le sous-emploi, fruits surtout de la politique de développement capitaliste, en orientant de larges masses de populations des villes vers les campagnes ou elles devront être intégrées à la production agricole.

— L'amélioration des conditions de vie de notre Peuple implique aussi la définition d'une politique de santé qui serve les intérêts des couches sociales qui n'ont jamais bénéficié de la médecine coloniale. Ainsi, il s'impose de créer les conditions à la pratique d'une médecine populaire et de résistance, en structurant un réseau sanitaire national, ayant pour base le promoteur de santé, placé en chaque village et choisi par les masses populaires elles-mêmes et, au sommet, les hôspitaux centraux. Il est fondamental aussi de garantir l'appui aux populations atteintes par la guerre, aux mutilés de guerre, ainsi que d'assurer la création de conditions qui éliminent progressivement les maux sociaux tels que la prostitution et l'alcoolisme.

La démocratisation des structures politiques et économiques nationales exige que le gouvernement renforce le fonctionnement démocratique des structures de base du pouvoir populaire et leur coordination et articulation au niveau national, de façon à consolider l'alliance ouvriers-paysans et à construire, par conséquent une société liberée de l'exploitation de l'homme par l'homme.

Pour atteindre ces buts il est nécessaire:

— De renforcer l'étroite liaison entre les masses laborieuses et la direction du MPLA, à travers un échange continu d'informations.

— D'élever le niveau de conscience politique des ouvriers, des paysans et des soldats et de mobiliser toutes les couches sociales anti-impérialistes pour la Résistance Populaire Généralisée, en les organisant correctement selon le principe du centralisme démocratique.

Parmi les préoccupations du Gouvernement, une attention spéciale doit être donnée a l'éducation.

L'école coloniale, aliénante et élitiste, devra se transformer en une base pour la prise du pouvoir par le Peuple, en diffusant les principes révolutionnaires parmi les masses ouvriers et paysannes et en contribuant décisivement de cette façon à la création de l'Homme nouveau.

Nous réaffirmons ici, solenellement, que notre politique externe sera guidée par le principe de non alignement, non compromission avec aucun bloc et sur la base du principe de la non ingérence dans les affaires internes des autres États.

Camarades,

Pour accomplir les grandes tâches qui reviennent à la République Populaire de l'Angola, nous devons engager dans la lutte anti-impérialiste toutes les forces et toutes les couches sociales structurellement intéressées au combate contre l'exploitation, et aussi les Portugais qui ont choisi notre Pays comme leur deuxième Patrie et qui, en ce moment, participent aux cotés de notre Peuple, aux tâches de la résistance.

Nous devons porter bien haut le drapeau de la révolution, ne pas reculer devant l'ennemi, vouer toute notre vie aux tâches de la résistance, élever systématiquement nos connaissances et nous renforcer idéologiquement à travers la pratique constante de la critique et de l'auto-critique.

Le Peuple angolais, uni et guidé par son avant-garde révolutionnaire, le MPLA, vaincra!

Vive la Résistance Populaire Généralisée!

Vive le Pouvoir Populaire!

La lutte continue!

La Victoire est certaine!

DISCOURS D'INVESTITURE DU GOUVERNEMENT DE LA RÉPUBLIQUE

DISCOURS D'INVESTIDURE DU GOUVERNEMENT DE LA RÉPUBLIQUE POPULAIRE DE L'ANGOLA

prononcé par le PRÉSIDENT DE LA RÉPUBLIQUE — 14.11.75

Il me revient aujourd'hui le devoir d'investir le Premier Ministre et huit des dix Ministres et les Secrétaires d'État qui composent le premier Gouvernement de la République Populaire de l'Angola, après la proclamation de l'indépendance de notre État.

Cet exécutif, indiqué par le Bureau Politique, est composé par des camarades qui ont donné des preuves de patriotisme au cours de la lutte contre le colonialisme portugais.

Nous sommes donc sûrs de pouvoir réaliser avec lui le Programme et suivre l'orientation politique et idéologique de notre Mouvement, et faire face aussi aux problèmes qui exigent une solution immédiate.

Le plus important de tous ces probèmes sera celui de la réunification de la Patrie divisée par l'invasion étrangère, aidée à l'intérieur par les marionnettes de l'impérialisme.

Donc, la défense du pays, sous toutes ses formes, sera une tâche primordiale pour le Gouvernement de la jeune Angola: un effort d'austérité accompagnera la mobilisation générale pour cette défense.

D'autre part, les conséquences de la crise économique provoquéé par le colonialisme portugais sera une question à laquelle notre Gouvernement prêtera attention, afin d'éviter les carences actuelles dans les secteurs du travail, de la production et du commerce..

Du point de vue social il sera nécessaire que chaque citoyen soit doté des conditions suffisantes à l'exercice normal de ses fonctions.

Les structures administratives héritées du colonialisme devront être modifiées de façon à organiser chaque sphère bureaucratique et à discipliner le comportement des fonctionnaires. Dans ce domaine, l'organisation du

pouvoir populaire à tous les niveaux sera une préoccupation constante pour que soient préparées les conditions propres à l'avance rapide vers l'établissement d'une démocratie populaire, dans laquelle ouvriers et paysans puissent exercer le pouvoir politique.

L'impact de la proclamation de notre Indépendance sur le Monde, nous permet de prévoir une intense activité diplomatique, que nous réaliserons selon les principes de non alignement déjà énoncés.

Nous espérons qu'avec le Portugal, malgré les ambiguïtés actuelles de sa politique, nous pourrons finalement établir les relations diplomatiques souhaitées, ce qui est aussi, nous en sommes sûrs, le désir du Peuple portugais.

Une fois indiquées certaines zones d'action, je souligne l'importance d'une liaison constante avec les masses populaires, de la décentralisation dans l'activité administrative, de façon à ne concentrer aucune sorte d'ativité dans certaines zones et à ne pas hypertrophier certains centres économiques, au Gouvernement revenant la tâche de faire une meilleure distribution de notre population et de nos richesses.

En saluant les camarades qui ont mérité la confiance du Bureau Politique pour la réalisation de la politique de la République Populaire de l'Angola, j'exprime mes voeux pour un travail positif et je leur demande abnégation et patriotisme total.

LA LUTTE CONTINUE
LA VICTOIRE EST CERTAINE!

LOI DE LA NATIONALITÉ

LOI DE LA NATIONALITÉ

ARTICLE 1.

1. Sont citoyens angolais, de plein droit, tous les individus nés en Angola, ainsi que les non originaires de l'Angola, fils de mère ou de père angolais.

2. Les majeurs de 18 ans à la date de la publication de cette loi, non originaires de l'Angola, fils de mère ou de père angolais, dans le cas où ils auraient acquis une nationalité étrangère devront opter pour la nationalité angolaise.

3. Les individus nés en Angola qui ne voudront pas garder la nationalité angolaise, devront déclarer leur renonciation, par document écrit. Cette déclaration devra être faite dans un délai d'un an après la proclamation de l'indépendance.

ARTICLE 2.

1. Les mineurs dont l'un des parents possède ou aît acquis la nationalité angolaise, sont citoyens angolais, de plein droit, mais ils peuvent cependant, dés l'âge de 18 ans, opter pour une autre nationalité.

2. Les mineurs nés en Angola, dont les parents ont renoncé ou perdu la nationalité angolaise, perdront de ce fait cette nationalité, mais pourront opter pour elle lorsqu'ils auront 18 ans.

3. Les mineurs nés en Angola, fils de parents étrangers au service de leur pays respectif, ne sont pas considérés Angolais.

ARTICLE 3.

1. Pourront demander la citoyenneté angolaise les individus vivant en Angola depuis plus de 10 ans.

2. Les non originaires de l'Angola, mariés à des citoyens angolais, pourront demander cette citoynneté s'ils ont trois ans de séjour en Angola.

ARTICLE 4.

La citoyenneté angolaise sera refusée, ou retirée à qui elle aura été accordée par suite de la non connaissance de faits qui s'intègrent dans le contenu du présent article, aux individus qui, individuellement ou collectivement ont commis des crimes, d'hommicide contre la population civile angolaise et à ceux qui, personnellement et de leur gré, aient commis des actes d'opposition à la lutte de libération nationale, ayant intégré ou servi des organisations repressives du régime colonial, et encore à ceux qui aient intégré des organisations clandestines crées afin de contrarier le processus de décolonisation.

ARTICLE 5.

Il revient au Ministre de la Justice de déclarer de la suite à donner aux demandes de concession de citoyenneté, et un recours hierarchique aux décisions prises peut être interposé au Gouvernement, dans un délai de 15 jours.

ARTICLE 6.

Seront considérés Angolais de plein droit les non originaires de l'Angola qui, satisfaisant ou non les conditions référées dans l'article 3, aient prêté des services éminents à la lutte de libération nationale.

ARTICLE 7.

Les cas omis seront résolus par le Conseil de la Révolution ou, par délégation de celui-ci, par le Gouvernement.

ARTICLE 8.

Le présent Diplôme entre en vigueur le 11 novembro 1975 à zéro heures.

Approuvé par acclamation par le Comité Central du Mouvement Populaire de Libération de l'Angola, le 10 novembre 1975.

António Agostinho Neto, Président du M. P. L. A.

THE PROCLAMATION OF INDEPENDENCE

THE PROCLAMATION OF INDEPENDENCE

ZERO HOURS, 11 NOVEMBER 1975

In the name of the Angolan people, the Central Committee of the People's Movement for the Liberation of Angola (MPLA) solemnly proclaims the Independence of Angola before Africa and the world.

At this hour, the Angolan people and the Central Committee of the MPLA shall observe a minute of silence for the heroes who have fallen for our country's Independence and resolve that they shall live on forever.

In accordance with the people's most deeply felt desires, the MPLA declares that our country is now constituted as the People's Republic of Angola.

During the period between the Alvor meeting and this Proclamation, the MPLA alone did not violate the agreements signed.

We have long ceased to recognise the internal lackeys of imperialism as liberation movements.

As for Portugal, its disregard for the Alvor Agreement has been shown, among other things, by the fact that it has always kept quiet about the invasion by regular armies and mercenary forces of which our country is the victim. This invasion, already known and publicised throughout the world, has not even been deemed worthy of comment by the Portuguese authorities who, in fact, did not exercise sovereignty in areas other than those liberated by the MPLA. At the same time, our Movement is confonting in the field various reactionary forces which make up a kind of fascist international brigade against the Angolan people. That alliance includes Portuguese reactionary forces which are taking part in the invasion of the south of our country, which the Portuguese Government not only failed to fight but tacitly legitimised through its silence and passivity.

Although the puppet organisations colluding with invading armies were denounced long ago by the Angolan people and all progressive forces in the world, the Portuguese Government persisted in regarding them as liberation movements and tried to push the MPLA towards solutions which would have meant high treason against the Angolan people.

Once again we here wish to put on record the fact that our struggle never has been and never will be against the Portuguese people. On the contrary, as from now we shall be able to cement fraternal bonds between two peoples who have in common historical and linguistic links and the same objective: freedom.

In December 1956, in its founding Manifesto, the MPLA already emphasised its unshakable determination to struggle by every means for the complete independence of Angola, stating: «Colonialism will not fall without a struggle. This is why the Angolan people can free themselves only through revolutionary war. And this will be victorious only with the achievement of a united front of all the anti-imperialist forces in Angola unrelated to colour, social status, religious beliefs or personal opinions; it will be victorious through the formation of a vast PEOPLE'S MOVEMENT FOR THE LIBERATION OF ANGOLA.»

The galvanising and vanguard force of our people, the MPLA heroically launched the Angolan people's armed insurrection against Portuguese colonial domination at dawn on 4 February 1961.

The long road travelled represents the heroic history of a people who, under the unitary and correct guidance of their vanguard, relying solely on their own forces, decided to fight for the right to be free and independent.

Despite the brutality of the oppression and terrorism which colonialism imposed on our people in order to stifle our struggle, the Angolan people, guided by their revolutionary vanguard, irrefutably affirmed their African and revolutionary personality.

Having as their principle the unity of all Angolan social strata around the political line and clear formulation of their objectives, and by correctly defining who were their allies, friends and enemies, the Angolan people, under the leadership of the MPLA, finally defeated the Portuguese colonial regime.

With the defeat of colonialism and the recognition of our right to independence, which is being put into effect at this historic moment, the MPLA's minimun programme has been fulfilled. Thus is born the young PEOPLE'S REPUBLIC OF ANGOLA, the expression of the people's will and the fruit of the great sacrifices made by the national liberation fighters.

Nor does our struggle end here. The objective is our country's complete independence and the building of a just society and a New Man.

The struggle we are still waging against the lackeys of imperialism, whom we will not name on this occasion so as not to denigrate this unique moment in our history, is indivisible from the objective of driving out the foreign invaders, the very ones who are aiming at the neo-colonisation of our land.

A fundamental concern of the new State is therefore totally to liberate our country and our entire people from foreign oppression.

Concretely fulfilling the aspirations of the broad masses of the people, the People's Republic of Angola, under the guidance of the MPLA, shall progressively advance to become a State based on People's Democracy. With the alliance of workers and peasants as their nucleus, all patriotic strata will be united against imperialism and its agents in the struggle to build a society without exploiters or exploited.

The force of the people's will, the long armed struggle and the defence of the interests of the most exploited strata, confirm the MPLA as the sole representative of the Angolan people and the leading force in the People's Republic of Angola.

The State organs of the People's Republic of Angola will be guided by the highest directives of the MPLA, and the primacy of the Movement's structures over those of the State will be ensured.

And the Movement itself can never be a petrified body. Endowed with great vitality, the dynamics of the revolution will profoundly change it quatitatively and qualitatively until the great leap which will transform it into a party within a broad revolutionary front.

With the proclamation of the People's Republic of Angola, the PEOPLE'S ARMED FORCES FOR THE LIBERATION OF ANGOLA (FAPLA) are institutionalised as a national army.

Under the firm leadership of the MPLA, FAPLA, the armed wing of the people, constitutes a people's army which has as its objective the interests of the most exploited strata of the people. Prepared in the tough national liberation struggle against Portuguese colonialism and armed with revolutionary theory, it continues to be a fundamental instrument of the anti-imperialist struggle.

It will be the task of FAPLA, as the liberating force of the People's Republic of Angola, to defend the country's territorial integrity and, as a people's army, to take part in production alongside the people for the great task of NATIONAL RECONSTRUCTION.

Angola is an underdeveloped country. We need to be profoundly conscious of the significance and consequences of this fact.

The indices traditionally used in defining underdevelopment are fully confirmed in Angola. They give a picture of the profound poverty of the Angolan people. But it is not enough to say that our country is underdeveloped. It should be added right away that Angola is a country exploited by imperialism, one which gravitates in the orbit of imperialism.

These two joint factors — underdevelopment and dependence — explain why the Angolan economy is so profoundly distorted, with a so-called

«traditional» sector side by side with advanced sectors, and backward areas surrounding so-called «poles» of development. And they also explain all the cruelty and injustice in social relations.

Putting a final end to colonialism and decisively barring the way to neo-colonialism, the MPLA, at this solemn moment, affirms its firm intention radically to change the present structures, stating here and now that the objective of economic reconstruction will be to satisfy the people's needs.

We have a long way to go. We shall have to make the economic and administrative machinery work to the full, combat parasitism of every kind, gradually put an end to the distortions between sectors of the economy, between regions of the country, and build a State based on Social Justice. The economy will be planned to serve the Angolan; never voracious imperialism. It will be consistently geared towards becoming an inwardly oriented economy, that is, a truly Angolan economy.

Consequently, the struggle for economic independence will be a constant in our strategy.

Thus, in accordance with the lines laid down, the People's Republic of Angola will embark increasingly on projects for the industrialisation of our own raw materials and even on heavy industry projects.

However, in view of the fact that Angola is a country in which the majority of the population are peasants, the MPLA has decided to regard agriculture as the base, and industry as the decisive factor in our progress.

The Angolan State will thus be able to solve the serious land problem justly and promote the setting up of cooperatives and State undertakings in the interests of the peasant masses.

Private activities, even foreign activities, so long as they are useful to the nation's economy and the interests of the people, will be protected and encouraged on their behalf, as laid down in our Movement's Maximum Programme.

The People's Republic of Angola will be open to the whole world as regards its economic relations. It will accept international cooperation on the unquestionable premise that so-called «external aid» shall not be conditional or conditioned. The long history of the MPLA clearly shows that, as the leading force in the People's Republic of Angola, it will never betray the sacred principle of National Independence.

Our international relations will always be defined by the principle of reciprocal advantage.

The People's Republic of Angola will give special attention to relations with Portugal, and because it wants these to be lasting it is establishing them on a new basis devoid of any colonial vestige.

The present dispute with Portugal will be dealt with calmly, so as not to envenom our future relations.

It is obvious that in the first phase our economy will feel the lack of cadres. In order to solve this shortage a crash plan for training national cadres will be drawn up, and at the same time an appeal will be made for international cooperation in this sphere. Our schools at all levels must undergo radical remoulding so that they may in fact serve the people and economic reconstruction.

Imperialism has not laid down its arms.

Colonialism having been defeated, imperialism now wants to impose on us a new regime of exploitation and oppression, using its internal lackeys in a vain attempt to destroy the gains already won by the people.

Our people's revolutionary determination to fight the exploitation of man by man and the antagonistic contradiction between us and our enemies imposes on us a new liberation war which takes the form of Generalised Popular Resistance and which will be pursued until final victory.

Within this context, production assumes prime importance as a combat front and as a fundamental and vital precondution for the advance of our resistance. In order to provide unity of action for our people's entire productive effort, ensure maximum output from the work of the masses and guarantee effective support for the unyielding FAPLA, the People's Republic of Angola will take all requisite measures to face up to the situation arising out of the invasion of our country.

The People's Republic of Angola solemnly reaffirms its determination to fight for Angola's territorial integrity, opposing any attempt whatsoever to dismember the country.

The People's Republic of Angola regards it as a priority and a vital and inalienable task to expel the armies of Zaire, South Africa and the Portuguese fascists, as well those of Angolan puppets and mercenaries of various origins, who constitute the combined forces of imperialism in the aggression against our country.

Our anti-imperialist struggle, in the form of resistance, is the expression of an irremediable class contradiction pitting the Angolan people's interests against those of international imperialism. Hence, existing contradictions among the people, between different anti-imperialist classes and social groups, belong to the category of secondary contradictions and, as such, must be solved.

The People's Republic of Angola intends to give impetus and support to the establishment of people's power on a national scale. The working masses will thus exercise power at all levels, which is the sole guarantee of the formation of a new man and of the triumph of our revolution.

The People's Republic of Angola regards it as an inalienable patriotic duty and a matter of honour to give preferential assistance and special

protection to war orphans and those disabled and maimed by war, for the sacrifices they made in the national liberation struggle.

It will also exert every effort with a view to the complete reintegration in society of all victims of the national liberation war.

The People's Republic of Angola will reaffirm the unshakable intention of conducting a vigorous struggle against illiteracy throughout the country, and promoting and extending free education, rooted in the Angolan people's culture.

The State will make every effort to establish effective medical and health care on a national scale, aimed essentially at the peasant masses so far deprived of that right by colonialism.

A predominant concern of the new State will also be the abolition of all discrimination based on sex, age, ethnic or racial origin, or religious belief, and the rigorous institution of the just principle: «equal pay for equal work».

The People's Republic of Angola, under the just guidance of the MPLA, will encourage the process of the emancipation of Angolan women, a right already won through their participation in the national liberation struggle and in our people's generalised resistance. The People's Republic of Angola affirms that it is a secular State with complete separation between Church and Statex respecting all religions and protecting churches, places and objects of worship and legally recognised institutions.

The People's Republic of Angola, conscious of its importance and of its responsibilities in the context of Southern Africa and the world, reaffirms its solidarity with all oppressed peoples in the world, especially the peoples of Zimbabwe and Namibia, against racist domination.

The people of Angola, under the guidance of their revolutionary vanguard, the MPLA, express their militant solidarity with the people of South Africa in their struggle against the racist regime which oppresses them.

They reaffirm their fighting and militant solidarity with the peoples of Mozambique, Guinea Bissau and Cape Verde, and São Tomé and Principe, and with their revolutionary vanguard, FRELIMO, the PAIGC and the MLSTP, companions in the difficult hours of our common struggle.

They reaffirm their militant and fighting solidarity with the people of Timor, led by their revolutionary vanguard FRETILIN.

They reaffirm their solidarity with the Palestinian people in their just struggle for their national rights, against zionism.

National Independence having been achieved, the MPLA and the Angolan people express heartfelt thanks for the help which friendly peoples and countries gave to our heroic national liberation struggle. Our thanks go to all the African peoples and countries who were at our side, to the

socialist countries, to the Portuguese revolutionary forces and to progressive organisations and governments in western countries which were able to understand and support the Angolan people's struggle.

The sovereign People's Republic of Angola will maintain diplomatic relations with all countries in the world, on the basis of the principles of mutual respect for national sovereignty, non-interference, respect for territorial integrity, non-aggression, equality, reciprocal advantage and peaceful coexistence.

The People's Republic of Angola, a free and independent African State, express its adhesion to the principles of the Charter of African Unity and to the Charter of the United Nations.

The foreign policy of the People's Republic of Angola, based on the principles of total independence always followed by the MPLA, will be a policy of non-aligment.

The People's Republic of Angola will respect any international commitments it assumes, just as it will respect international communications through its territory.

The People' Republic of Angola, a country engaged in the anti-imperialist struggle, will have as its natural allies the African countries, the socialist countries and all progressive forces in the word.

Compatriots, Comrades!

At a time when the Angolan people are crowned with glory through the victory of the sacrifices made by their finest sons and daughters, we hail in the People's Republic of Angola — our first State — the liberation of our beloved country.

From Cabinda to the Cunene, united in the common feeling for our country which has been cemented by the blood shed for freedom, we honour the heroes who fell in the resistance of five long centuries, and we shall prove ourselves worthy of their example.

We respect the characteristics of each region, of each population nucleus in our country, because all of us to the same extent are offering our country the sacrifice it requires in order that it may live.

The flag which flies today is a symbol of freedom, the fruit of the Angolan people's bloodshed, ardour, tears and selfless love.

United from Cabinda to the Cunene, we shall vigorously pursue Generalised Popular Resistance and build our DEMOCRATIC PEOPLE'S STATE.

HONOUR TO THE ANGOLAN PEOPLE
ETERNAL GLORY TO OUR HEROES
THE STRUGGLE CONTINUES
VICTORY IS CERTAIN

CONSTITUTIONAL LAW

CONSTITUTIONAL LAW OF THE PEOPLE'S REPUBLIC OF ANGOLA

PART I

Basic Principles

ARTICLE 1

The People's Republic of Angola shall be a sovereign, independent and democratic State whose prime objective shall be the Angolan people's total liberation from the vestiges of colonialism and the domination and aggression of imperialism, and building a prosperous and democratic country entirely free from any form of exploitation of man by man, thereby fulfilling the aspirations of the masses.

ARTICLE 2

All sovereignty shall be vested in the Angolan people. The MPLA, their legitimate representative, constituted by a broad front which includes all patriotic forces engaged in the anti-imperialist struggle, shall be responsible for the political, economic and social leadership of the nation.

ARTICLE 3

The masses shall be guaranteed broad effective participation in the exercise of political power, through the consolidation, expansion and development of organisational forms of people's power.

ARTICLE 4

The People's Republic of Angola shall be a unitary and indivisible State whose inviolable and inalienable territory shall be that defined by the present geographical limits of Angola, and any attempt at separatism or the dismembering of its territory shall be vigorously combated.

ARTICLE 5

Economic, social and cultural solidarity shall be promoted and intensified between all regions of the People's Republic of Angola, for the common development of the entire Angolan nation and the elimination of remnants of regionalism and tribalism.

ARTICLE 6

Under the leadership of the MPLA and with its President as Commander-in-Chief, the People's Armed Forces for the Liberation of Angola (FAPLA), the armed wing of the people, shall be institutionalised as the national army of the People's Republic of Angola. It shall be the responsibility of FAPLA to defend the country's territorial integrity and to participate alongside the people in production, and hence in national reconstruction.

The Commander-in-Chief of the People's Armed Forces for the Liberation of Angola (FAPLA) shall appoint and dismiss high-ranking military officials.

ARTICLE 7

The People's Republic of Angola shall be a secular State, and there shall be complete separation of the State and religious institutions. All religions shall be respected, and the State shall afford churches and places and objects of worship protection so long as they comply with the State laws.

ARTICLE 8

The People's Republic of Angola shall regard agriculture as the base and industry as the decisive factor in its development. The State shall orientate and plan the national economy with a view to the systematic and harmonious development of all the country's natural and human resources and the use of wealth for the benefit of the Angolan people.

ARTICLE 9

The People's Republic of Angola shall promote the establishment of just social relations in all sectors of production, furthering and developing the public sector and fostering cooperative forms. One of the very special tasks of the People's Republic of Angola shall be to solve the land problem in the interests of the peasant masses.

ARTICLE 10

The People's Republic of Angola shall recognise, protect and guarantee private activities and property, even those of foreigners, so long as they are useful to the country's economy and to the interests of the Angolan people.

ARTICLE 11

All natural resources in the soil and subsoil, in the territorial waters, on the continental shelf and in the air space shall be the property of the State, which shall determine how they shall be used.

ARTICLE 12

The fiscal system shall be guided by the principle of graduated direct taxation, and no privileges of any kind shall be permitted in fiscal matters.

ARTICLE 13

The People's Republic of Angola shall vigorously combat illiteracy and obscurantism, and promote the development of education at the service of the people, and of a true national culture, enriched by the revolutionary cultural gains of other peoples.

ARTICLE 14

The People's Republic of Angola shall respect and apply the principles of the Charter of the United Nations and of the Charter of the Organization of African Unity. It shall establish relations of friendship and coope-

ration with all States, based on the principles of mutual respect for sovereignty and territorial integrity, equality, non-interference in the internal affairs of each country, and reciprocal benefits.

ARTICLE 15

The People's Republic of Angola supports and is in solidarity with the struggle of the peoples for national liberation, and it shall establish relations of friendship and cooperation with all democratic and progressive forces in the world.

ARTICLE 16

The People's Republic of Angola shall not join any international military organisation, nor shall it allow the installation of foreign military bases on its national territory.

PART II

Fundamental Rights and Duties

ARTICLE 17

The State shall respect and protect the human person and human dignity. Every citizen shall have the right to the free development of personality while maintaining the respect due to the rights of other citizens and to the higher interests of the Angolan people. The life, liberty, personal integrity, good name and repute of every citizen shall be protected by law.

ARTICLE 18

All citizens shall be equal before the law and enjoy the same rights. They shall be subject to the same duties, without any distinction based on colour, race, ethnic group, sex, place of birth, religion, level of education, or economic or social status.

Any acts designed to jeopardize social harmony or create discrimination or privileges based on such factors shall be severely punished under the law.

ARTICLE 19

It shall be the right and the highest and undeclinable duty of every citizen of the People's Republic of Angola to participate in the defence of the country's territorial integrity and to defend and extend the revolutionary gains.

ARTICLE 20

All citizens aged over eighteen, other than those legally deprived of political rights, shall have the right and the duty to take an active part in public life, to vote and be elected or appointed to any State organ, and to discharge their mandate with full dedication to the cause of the country and the Angolan people.

ARTICLE 21

It shall be the duty of every elected citizen to account for the discharge of his mandate to the electors who have chosen him, who shall at any time have the right entirely to revoke the mandate granted.

ARTICLE 22

In the context of the achievement of the basic objectives of the People's Republic of Angola, the law shall ensure freedom of expression, assembly and association.

ARTICLE 23

No citizen shall be arrestetd and brought to trial except under the terms of the law, and all accused shall be guaranteed the right of defence.

ARTICLE 24

The People's Republic of Angola shall guarantee individual freedoms, namely the inviolability of the home and the privacy of correspondence, subject to the limits especially provided by the law.

ARTICLE 25

Freedom of conscience and belief shall be inviolable. The People's Republic of Angola shall recognise the equality and guarantee the practice of all forms of worship compatible with public order and the national interest.

ARTICLE 26

Work shall be the right and duty of all citizens, each of whom must produce according to his ability and be remunerated according to his work.

ARTICLE 27

The State shall promote the requisite measures to ensure the right of citizens to medical and health care, and also the right to assistance in childhood, motherhood, disability, old age and any other form of incapacity for work.

ARTICLE 28

Fighters in the national liberation war who have been disabled and the families of fighters who died in the struggle shall, as a debt of honour of the People's Republic of Angola, have the right to special protection.

ARTICLE 29

The People's Republic of Angola shall promote and guarantee the access of all citizens to education and culture.

ARTICLE 30

The People's Republic of Angola must create political, economic and cultural conditions which effectively enable citizens to enjoy their rights and discharge their duties in full.

PART III

State Organs

Chapter I

PRESIDENT OF THE REPUBLIC

ARTICLE 31

The President of the People's Republic of Angola shall be the President of the MPLA.

As Head of State, the President of the Republic shall represent the Angolan nation.

ARTICLE 32

The President of the Republic shall have the following specific functions:

(a) to preside over the Council of the Revolution and direct its proceedings;
(b) to swear in the Government appointed by the Council of the Revolution;
(c) to declare war and make peace, following authorisation by the Council of the Revolution;
(d) to swear in the provincial commissioners appointed by the Council of the Revolution on the recommendation of the MPLA;
(e) to sign, promulgate and publish the laws of the Council of the Revolution, Government decrees and statutory Ministerial decrees;
(f) to direct national defence;
(g) to pardon and commute sentences;
(h) to indicate, from among the members of the Council of the Revolution, the person who shall replace him in his absence or when temporarily prevented from exercising his functions;
(i) to discharge all other functions conferred on him by the Council of the Revolution.

ARTICLE 33

In case of the death, renunciation or permanent incapacity of the President of the Republic, the Council of the Revolution shall appoint from among its members the person who shall provisionally exercise the duties of the President of the Republic.

Chapter II

PEOPLE'S ASSEMBLY

ARTICLE 34

The People's Assembly shall be the supreme State body in the People's Republic of Angola.

A special law shall establish its composition and its system of election, and also its jurisdiction and manner of functioning.

Chapter III

COUNCIL OF THE REVOLUTION

ARTICLE 35

Pending the total liberation of the national territory and fulfilment of the conditions for the institution of the People's Assembly, the Council of the Revolution shall be the supreme organ of State power.

ARTICLE 36

The Council of the Revolution shall comprise:

(a) the members of the MPLA Political Bureau;
(b) the members of the FAPLA General Staff;
(c) the Government members appointed by the MPLA to this effect;
(d) the Provincial Commissioners;
(e) the Chiefs of Staff and Political Commissars of the Military Fronts.

ARTICLE 37

The Council of the Revolution shall be presided over by the President of the Republic.

ARTICLE 38

The Council of the Revolution shall exercise the following duties:

(a) to discharge legislative functions, which it may delegate to the Government;

(b) to define and conduct the country's domestic and foreign policy;
(c) to approve the General State Budget and the Economic Plan drawn up by the Government;
(d) to appoint and dismiss the Prime Minister and other members of the Government, on the recommendation of the MPLA;
(e) to appoint and dismiss Provincial Commissioners, on the recommendation of the MPLA ;
(f) to authorise the President of the Republic to declare war and make peace;
(g) to decree a state of siege or a state of emergency;
(h) to decree amnesties.

Chapter IV

GOVERNMENT

ARTICLE 39

The Government shall be constituted by the Prime Minister, the Ministers and the Secretaries of State.

The Government shall be presided over by the Prime Minister.

ARTICLE 40

It shall be incumbent on the Government, as the executive organ, to conduct the State's domestic and foreign policy, under the leadership of the Council of the Revolution and of the President of the Republic, and to supervise public administration as a whole.

ARTICLE 41

The Government's functions shall be especially:

(a) to guarantee the safety of persons and property;
(b) to draw up the general State budget and to implement it once it is approved by the Council of the Revolution;
(c) to draw up the Economic Plan and to implement it once it is approved by the Council of the Revolution.

ARTICLE 42

The Government may exercise by decree the legislative functions delegated to it by the Council of the Revolution. The implementation of the laws passed by the Council of the Revolution and of Government decrees shall be incumbent on the Ministers.

ARTICLE 43

The Government may meet with the Council of the Revolution, in full or in part, whenever the latter may so decide.

Chapter V

COURTS

ARTICLE 44

The discharge of juridical functions shall be exclusively vested in the Courts with a view to the fulfilment of democratic justice.

The organisation, composition and competence of the Courts shall be established by law.

ARTICLE 45

Judges shall be independent in the discharge of their functions.

Chapter VI

ADMINISTRATIVE ORGANISATION AND ADMINISTRATIVE BODIES

ARTICLE 46

The People's Republic of Angola shall be administratively divided into *Províncias* (Provinces), *Concelhos* (Councils), *Comunas* (Communes), *Círculos* (Circles), *Bairros* (Neighbourhoods) and *Povoações* (Villages).

ARTICLE 47

The local administration shall be guided by the combined principles of unity, decentralisation and local initiative.

ARTICLE 48

In a Province, the Provincial Commissioner shall be the direct representative of the Council of the Revolution and of the Government.

The Government shall be represented on the Council by the Local Commissioner, in the Commune by the Commune Commissioner and in the Circle by the Delegate, who shall be appointed on the recommendation of the MPLA.

ARTICLE 49

Each Province shall have a Provincial Commission, which shall be presided over by the Provincial Commissioner and shall exercise legislative functions in matters of exclusive concern to the Province.

ARTICLE 50

The Administrative Bodies of the Council, Commune, Neighbourhood and Village shall be, respectively, the Town Hall, the Commune Commission, and the People's Neighbourhood or Village Commission.

ARTICLE 51

The local authorities shall have legal personality and shall enjoy administrative and financial autonomy.

ARTICLE 52

The structure and jurisdiction of Administrative Bodies and other organs of local administration shall be established by law.

PART IV

SYMBOLS OF THE PEOPLE'S REPUBLIC OF ANGOLA

ARTICLE 53

The symbols of the People's Republic of Angola shall be the FLAG, the INSIGNIA and the NATIONAL ANTHEM.

ARTICLE 54

The NATIONAL FLAG shall consist of two colours in horizontal bands. The upper band shall be right red and lower band black.

Bright red shall represent the blood shed by Angolans under colonial oppression, the national liberation struggle, and the revolution.

Black shall represent the African Continent.

In the centre, a composition shall be formed of a segment of a cog-wheel symbolising the working class and industrial production; a machete symbolising the peasant class, agricultural production and the armed struggle; and a star symbolising internationalism and progress.

The cog-wheel, the machete and the star shall be yellow, representing the country's wealth.

ARTICLE 55

The insignia of the People's Republic of Angola shall be composed of a segment of a cog-wheel and sheafs of maize, coffee and cotton, representing, respectively, the working class and industrial production, and the peasant class and agricultural production.

At the foot of the design, an open book shall symbolise education and culture and the rising sun representing the new country. In the centre, a machete and a hoe shall symbolise work and the beginning of the armed struggle. At the top, a star shall symbolise internationalism and progress.

In the lower part of the emblem, a golden band shall bear the inscription «People's Republic of Angola».

ARTICLE 56

The National Anthem shall be «ANGOLA AVANTE» («Forward Angola»).

PART V

Final and Transitional Provisions

ARTICLE 57

Pending the establishment of the Assembly with constitutional powers, an amendment to the present Constitution may be made only by the MPLA Central Committee.

ARTICLE 58

The laws and regulations at present in force shall be applicable unless repealed or amended and only so long as they do not conflict with the spirit of the present law or the Angolan revolutionary process.

ARTICLE 59

All treaties, agreements and alliances to which Portugal has committed Angola which are contrary to the interests of the Angolan people shall be reviewed.

ARTICLE 60

The present document shall enter into force at zero/zero hours on 11 November 1975.

Approved by acclamation by the Central Committee of the People's Movement for the Liberation of Angola, on 10 November 1975.

António Agostinho Neto, President of the MPLA.

INVESTITURE

OF THE PRESIDENT OF THE REPUBLIC

ACT OF INVESTITURE OF THE PRESIDENT OF THE PEOPLE'S REPUBLIC OF ANGOLA

PRONONCED BY CONRADE LÚCIO LARA

Angolan people,
Comrades,

A few hours after the Proclamation of the People's Republic of Angola, the Central Committee of the MPLA fulfils the honourable responsibility of endowing our young independent country with a Head capable of ensuring the continuity of our people's struggle for their complete liberation, for people's power, for wiping out our enemies and to satisfy the aspirations of the most exploited classes.

The invasions to which our people have been subjected in the north and south, including recent attempts in Cabinda Province, the war of aggression that imperialism and its lackeys are waging against us, make it essential that the MPLA should place at the forefront of the country's destiny a son of the people, a militant tempered in the difficult hours of clandestinity, in prisons, in the liberation war and in the fight against the machiavellian manoeuvres which have been used over the years against the MPLA and against the Angolan people.

The MPLA, through its Central Committee, is fully entitled to assume this responsibility, like the responsibility of the Proclamation of Independence.

It is fully entitled to do so because the People's Movement for the Liberation of Angola has, since its founding in 1956, clearly laid down the line to be followed in the fight waged for freedom and for the people's unity, against colonialism and against imperialism.

And throughout almost two decades of existence, fighting without let-up against all enemies, overcoming one by one political, military, social and even geographical difficulties, the glorious MPLA has remained true

to the principles of the 1956 Manifesto in defending a genuinely revolutionary, popular, independent and anti-imperialist line, never bowing to any designs against the interests and dignity of our people.

This is proved by the historic events of 4 February 1961, and proved by the MPLA's proud answer to Africa which, in 1963, fell into the imperialist trap of recognising a puppet government in exile, which recognition the OAU had to repudiate three years later.

This is proved by all the victories, first over Portuguese colonialism and now over the internal enemy and foreign aggressors, which our people have won under the leadership of the MPLA.

In the long and arduous liberation struggle, the MPLA has thus won the confidence of all patriots who believe in a united and prosperous Angola.

In the tragic times which followed the signing of a ceasefire agreement with the Portuguese Government, when the puppet organisations abjectly begged the most ferocious enemies of Angola and Africa for base alliances, the MPLA, with its armed wing FAPLA, continues to be the only patriotic force which, with head held high and following a correct political line, is opposing all enemies, yet not refusing the international solidarity of those who supported us during 14 years of armed struggle.

It is therefore within the right accruing from the uncompromising revolutionary stand always taken that the MPLA, through its Central Committee, chose its most outstanding militant, Comrade President Dr. Agostinho Neto, to preside over the destiny of the People's Republic of Angola.

His marked personality as an independence fighter compelled recognition by our people at a very early stage. Even at the time when, still in Angola, he was preparing to obtain university qualifications with which to serve the people, Comrade President Agostinho Neto was already leading many groups of clandestine independence militants.

In the fifties, Comrade President Dr. Agostinho Neto, who was already at university, continued to lead the fight of the revolutionary students of the Portuguese colonies, which earned him several terms of imprisonment and humiliation at the hands of the vigilant Portuguese political police.

Outstanding figures from the five continents campaigned for his release from the PIDE dungeons, in a first demonstration of internationalist solidarity which greatly helped to tell the world of our people's as yet unknown struggle for freedom.

Some of the most meaningful poems produced by the revolutionary inspiration of Comrade President date back to that period. On his return to Angola in 1959, he was again arrested, together with many other patriots, and later deported to Cape Verde.

It was at that time that he was made Honorary President of the MPLA, a distinction he assumed with dignity and courage in the face of the thugs who surrounded him.

In 1962 he managed to escape from the PIDE and attend the MPLA's First National Conference, at which he was elected President of the MPLA, a function which was to be reaffirmed at all subsequent major meetings convened by our Movement.

Concerned as he has always been about the needs of the working masses, Comrade President is ever more esteemed and admired by our people, who on every occasion show him their affection and unshakable confidence.

The grand and enthusiastic demonstrations held for him in all parts of Angola through which he was able to travel are proof indeed that the patriotic Angolan people have chosen as their Head a man who has known how to defend their legitimate rights firmly, without faltering and also without demagoguery.

The Central Committee of the MPLA, in fulfilment of the deep feelings of the working masses and of all Angolan patriots, invests Comrade Dr. Agostinho Neto, President of the MPLA, with the functions of President of the People's Republic of Angola.

Luanda, 11 November 1975.

ACT

ACT

BEFORE THE CENTRAL COMMITTEE OF THE PEOPLE'S MOVEMENT FOR THE LIBERATION OF ANGOLA, BEFORE THE MEMORY OF THE PATRIOTS WHO HAVE FALLEN IN THE NATIONAL LIBERATION STRUGGLE, BEFORE THE ANGOLAN PEOPLE AND IN PARTICULAR THOSE OF THEIR SONS WHO, ON THE VARIOUS BATTLE FRONTS, ARE PREVENTING THE ENEMY FROM DESTROYING THE GAINS ALREADY ACHIEVED;

I SWEAR THAT I SHALL RESPECT AND ENSURE FULFILMENT OF THE CONSTITUTIONAL LAW AND OF THE LAWS WHICH WILL GOVERN THE INDEPENDENT COUNTRY;

I SWEAR THAT I SHALL WITH ALL MY MIGHT DEFEND THE INDEPENDENCE, SOVEREIGNTY AND UNITY OF THE NATION, AND THE INTEGRITY OF THE NATIONAL SOIL;

I SWEAR THAT I SHALL CONTINUE TO STRUGGLE FOR THE FULFILMENT OF THE MPLA'S PROGRAMME, IN ORDER TO SATISFY THE LEGITIMATE ASPIRATIONS OF OUR PEOPLE, AND IN PARTICULAR THOSE OF THE MOST EXPLOITED STRATA.

SPEECH DELIVERED

BY THE PRESIDENT OF THE GOVERNMENT

SPEECH DELIVERED BY THE PRIME MINISTER AT THE SWEARING IN OF THE GOVERNMENT

Comrade President,
Comrades,
Ladies and Gentlemen,

The People's Republic of Angola is born under particularly difficult circumstances.

Imperialist aggression coupled with the ills inherited from colonialism demand of our people an iron will and a tremendous spirit of self-sacrifice.

The war of resistance may last many more years, our towns may be destroyed and many of our comrades will die, but *we will not let ourselves be intimidated.* We shall answer reactionary and mercenary violence with the implacable revolutionary violence of the people in arms; we will prove ourselves worthy of the 14 years of struggle against colonialism, we will know how to honour the memory of the heroes who have fallen in the fight against oppression.

We are aware of our responsibilities before all oppressed peoples, of the exemplary and decisive nature of our struggle for the victory of the exploited over the exploiters the world over, and particularly in Southern Africa.

We know that we must rely essentially on our own efforts and strive to gain the approval and aid of our natural allies, as well as of the progressive forces throughout the world which are waging the same fight against imperialism and exploitation.

Guided by their vanguard, the MPLA, the Angolan people are the decisive force which will transform this society.

In independent Angola, as Comrade President has stated, the state organs must be directed and controlled by the MPLA, which will be

responsible for political orientation in all sectors of national life, in politics, the economy, defence and social life.

As the executive State organ, the Government will need to subordinate all its activity to directives issued by our Movement's leading organs.

This acceptance of the Movement's leading role in the entire State apparatus in *not merely theoretical.*

The members of the Government who are today being sworn in have the responsibility of respecting it in practice, submitting unconditionally to the principles of revolutionary discipline.

All MPLA militants in the State apparatus must bear in mind that *they are above all militants of the Movement who must be at the service of the masses of the people and linked with them,* and that we cannot become super-bureaucrats isolated from the Movement and people, lest we betray the objectives of our struggle. It is therefore essential to transform the structures of the colonial State apparatus, giving effect to the people's right to participate in running the State through the organs of people's power, turning workers in the civil service into rearguard fighters armed with a revolutionary ideology which makes them conscious of their privileged position in relation to the worker and peasant masses whose interests they must defend uncompromisingly. It is therefore necessary, in the public administration, to respect the collective spirit and the spirit of self-sacrifice, to combat opportunism and parasitism, to fight corruption, favouritism and wastefulness, and to increase productivity.

Although rich in potentialities, our country is an exploited country and one which is at war. Hence, at this moment it is a poor country, because our resources are not properly used and put at the service of the worker and peasant masses.

This is due to the fact that, apart from having inherited a situation of economic dependence on large-scale international capital, our economy has been practically destroyed by war and by the economic sabotage of the colonial capitalist who, on the eve of their departure, gave themselves over to plundering and wrecking the national productive apparatus. To this must be added the mass departure of technicains whom it is difficult to replace, since colonialism always prevented the training of national cadres in order to maintain and increase our economic dependence.

This situation of poverty makes it essential that the Government give priority to the economy, on the basis of the principle laid down by Comrade President that agriculture is the base of economic development and industry its driving factor, laying the material and technical foundations for a planned, democratic people's economy of resistance which will

make it possible to ensure national defence and the improvement of our people's living conditions. Thus, the Government must:

— Concentrate every effort on increasing the output of agricultural and industrial products essential for meeting the needs of the Armed Forces and the population.

— Create and consolidate collective forms of production through support for cooperatives and other people's organs of economic power, and also create conditions for the working masses to assume their leading role, putting into practice the principle that people's power is real only if born of production.

— Set up strategic reserves to guarantee the supply of goods essential to national defence and to the development of the productive forces.

— Promote the struggle against bureaucracy, needless expenditure and the plunder of the country's economic resources, on the basis of a policy of rigid austerity.

— Create conditions for the economic self-sufficiency of the provinces, developing in each region the agricultural and industrial production of goods essential to resistance, so as to ensure that the needs of the Armed Forces and population are met.

— Structure commercial networks in such a way as to eliminate parasitic interference, hoarding, speculation and other forms of exploitation, ensuring that these networks are controlled by the working masses.

— Mobilise our whole people for the tasks of production, combating unemployment and underemployment, largely a result of capitalist development policy, ensuring that large masses of the urban population go to the countryside, where they should be integrated in agricultural production.

— The improvement of our people's living conditions also implies laying down a health policy that shall serve the interests of the social strata which never benefited from colonial medicine. Thus, it is essential to create conditions for medicine for the people and for resistance, structuring a national health network based on a health promotor in every village who shall be chosen by the masses themselves, and having the central hospitals at the top. It is also essential to guarantee assistance to people affected by the war, to the war disabled, and also to ensure conditions aimed at gradually eliminating social ills such as prostitution and alcoholism.

The democratisation of national political and economic structures demands that the Government strengthen the democratic running of the people's power structures at the base and their coordination and interrela-

tedness at the national level, with a view to consolidating the worker--peasant alliance and the subsequent building of a society without exploitation of man by man.

For this it will be necessary:

— To strengthen the close links between the working masses and the MPLA leadership through a constant exchange of information.

— To raise the level of political consciousness of workers, peasants and soldiers and mobilise all anti-imperialist social strata for generalised popular resistance, organising them in correct forms, on the basis of the principles of democratic centralism.

Among the concerns of the Government, special attention must be paid to education.

The alienating and elitist colonial school must be transformed into a base for the people to take power, popularising revolutionary principles among the worker and peasant masses and thus contributing decisively to the creation of the new man.

We here solemnly affirm that our foreign policy will be guided by the principle of non-alignment and non-involvement in any bloc, and that it will be based on the principle of non-interference in internal affairs.

Comrades,

In order to fulfil the great tasks incumbent on the People's Republic of Angola, we must engage in the anti-imperialist struggle all forces and social strata structurally interested in fighting exploitation, including the Portuguese who have chosen our country as their second homeland and who, at this time, are taking part in the tasks of resistance alongside the Angolan people.

We must hold high the banner of revolution, not retreat before the enemy, dedicate our entire lives to the tasks of resistance, systematically heighten our knowledge, and strengthen ourselves ideologically through the constant practice of criticism and self-criticism.

The Angolan people, united and guided by their revolutionary vanguard the MPLA, will win!

LONG LIVE GENERALISED POPULAR RESISTANCE
LONG LIVE PEOPLE'S POWER
THE STRUGGLE CONTINUES
VICTORY IS CERTAIN

SPEECH DELIVERED

BY THE PRIME MINISTER OF THE GOVERNMENT

SPEECH DELIVERED BY THE PRESIDENT AT THE SWEARING IN OF THE GOVERNMENT

Today I perform the duty of swearing in the Prime Minister and eight of the ten Ministers and the Secretaries of State who comprise the First Government of the People's Republic of Angola, after the proclamation of the independence of our State.

This executive appointed by the Political Bureau is composed of comrades who have given proof of patriotism during the struggle against Portuguese colonialism.

We are therefore certain that with it we can fulfil the programme and political and ideological orientation of our Movement, and that we shall be able to face up to the problems which require immediate solution.

And what is most important of all is to reunify the country divided by foreign invasion, assisted inside the country by the puppets of imperialism.

The defence of the country, in every way, will therefore be a prime task for the Government of the young Angola. An austerity effort will accompany general mobilisation for this defence.

At the same time, the consequences of the economic crisis provoked by Portuguese colonialism will be another matter to which our Government will pay attention, in order to do away with present shortcomings in the labour, production and trade sectors.

From the social point of view, there must be adequate conditions under which every citizen can exercise his or her functions normally.

The administrative structures inherited from colonialism must be altered, so as to organise the leadership in each bureaucratic sphere and to discipline the behaviour of civil servants. In this respect, the organisation of people's power at all levels will be a constant concern, in order to prepare conditions for a rapid advance towards the establishment of a people's democracy in which the workers and peasants can exercise political power.

The impact of the proclamation of independence on the world allows us to foresee intense diplomatic activity which we shall carry out on the basis of the principles of non-alignment already announced.

We hope that we shall finally be able to maintain the desirable diplomatic relations with Portugal, despite the present ambiguities in its policy, and we are certain that this is also the wish of the Portuguese people.

Some areas of action having been indicated, I wish to emphasise the importance of constant links with the masses of the people and the decentralisation of administrative activity, so as not to concentrate any activity in given areas and not to congest certain economic centres, since the Government must make a better distribution of our population and our resources.

I therefore hail the comrades who earned the confidence of the Political Bureau for carrying out the policy of the People's Republic of Angola, and I extend my wishes for positive work, selflessness and complete patriotism

THE STRUGGLE CONTINUES
VICTORY IS CERTAIN

NATIONALITY LAW

NATIONALITY LAW

ARTICLE 1

1. All persons born in Angola and persons not born in Angola whose mother or father is Angolan shall be full Angolan citizens.

2. Persons aged over eighteen at the time of the publication of this Law who were not born in Angola and whose mother or father is Angolan, if they have acquired a foreign nationality, must opt for Angolan nationality.

3. Persons born in Angolan who do not wish to maintain Angolan nationality must declare their renunciation in writing. This declaration must be made within one year after the proclamation of independence.

ARTICLE 2

1. Minors born in Angola one of whose parents has or acquires Angolan nationality shall be full Angolan citizens. They may, however, opt for another nationality when they reach the age of eighteen.

2. Minore born in Angola of parents who have renounced or lost Angolan citizenship shall thereby lose that nationality, but they may opt for it on reaching the age of eighteen.

3. Minors born in Angola of foreign parents who are in the service of their respective country shall not be considered Angolan.

ARTICLE 3

1. Persons established in Angola for more than ten years may apply for Angolan citizenship.

2. Persons not born in Angola who are married to Angolan citizens may apply for that citizenship if they have resided in Angola for three years.

ARTICLE 4

Angolan citizenship shall be denied or withdrawn, where, it has been granted owing to unawareness of facts covered by the provisions of the present article, from persons who, individually or collectively, have committed crimes of homicide against the Angolan civilian population; from persons who, individually and voluntarily, have carried out acts contrary to the national liberation struggle, as being members of or rendering services to repressive organizations of the colonial regime; and from persons who have joined clandestine organizations set up for the purpose of opposing the descolonization process.

ARTICLE 5

It shall be incumbent on the Minister of Justice to decide on applications for the granting of citizenship and appeals against his decisions may be submitted to the next highest Government authority within the space of fifteen days.

ARTICLE 6

Persons born in Angola shall be considered full Angolans who, whether or not they meet the requirements of Article 3, have rendered outstanding services to the national liberation struggle.

ARTICLE 7

Any cases not provided for shall be decided on by the Council of the Revolution or, where delegated by the latter, by the Government.

ARTICLE 8

The present law shall enter into force at zero zero hours on 11 November 1975.

Approved by acclamation by the Central Committee of the People's

Movement for the Liberation of Angola, 10 November 1975.

António Agostinho Neto
President of the MPLA

